



FIGURA 1: INTERIOR DA OFICINA.
FEV. 2016_ACERVO PESSOAL

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
ARQUITETURA E URBANISMO
ORIENTADOR_PROF. DR. HÉLIO HIRAO

OFICINA

PATRIMÔNIO
INDUSTRIAL
NO INTERIOR
PAULISTA

BEATRIZ DA SILVA TAKAHASHI

PRESIDENTE PRUDENTE
MARÇO | 2017



Agradeço primeiramente à minha mãe, Ana Maria, onde a força, a presença de espírito e caráter inabalável fazem morada. Obrigada por ser a minha maior referência e não desistir de mim, mesmo quando eu mesma me coloco em dúvida. Ao meu pai, Sakae, que, dentro das circunstâncias, fez o melhor que podia em prol do meu bem estar e das oportunidades que eu viria a ter. Ao meu padrasto, Luiz Antonio, e às minhas irmãs, Carolina e Camila, que torcem e proporcionam ainda mais amor à minha vida. Aos meus amigos que me cativaram profundamente com suas histórias, lutas pessoais e palavras generosas. Ao meu orientador, Hélio Hirao, pela paciência, compreensão e, principalmente, por compartilhar o conhecimento sobre o ofício que escolhi. A todos, obrigada por serem as pessoas que são.

“ (...)

SOMOS MUITOS SEVERINOS
IGUAIS EM TUDO E NA SINA:
A DE ABRANDAR ESTAS PEDRAS
SUANDO-SE MUITO EM CIMA,
A DE TENTAR DESPERTAR
TERRA SEMPRE MAIS EXTINTA,
A DE QUERER ARRANCAR
ALGUM ROÇADO DA CINZA.”

MORTE E VIDA SEVERINA, JOÃO CABRAL DE MELO NETO.

Sumário

1

INTRODUÇÃO 9

2

REFERENCIAL TEÓRICO 12

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL 14

BARREIRA URBANA 15

VAZIO 16

PATRIMÔNIO 17

SAÚDE MENTAL 19

3

REFERÊNCIAS PROJETUAIS 25

NAVE 8B, MADRID 26

SEDWICK RD., SEATTLE 28

CAPA REVISTA RIO, 1953 29



4

ITAPETININGA 33

BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA CIDADE	34
CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	35

5

A OFICINA 40

O ENTORNO	42
O ESPAÇO	52

6

O PROJETO 67

PREMISSAS	68
DESENVOLVIMENTO	71
RESULTADO	82

7

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 92

FIGURA 2: INTERIOR DA OFICI-
NA COM VISTA PARA O BAIRRO.
FEV. 2016_ACERVO PESSOAL



INTRODUÇÃO





FIGURA 3: OBJETOS ENCON-
TRADOS DENTRO DA OFICINA.
JAN. 2017_ACERVO PESSOAL

Entende-se as mazelas de uma cidade – seja ela de pequeno e médio porte ou até mesmo uma metrópole – sob quais matrizes ela se estabelece e para qual direção corre seu crescimento à medida que se volta o olhar para as áreas ocupadas pelas camadas populares comparadas às classes mais altas e, paralelo a isso, a distribuição espacial dos indivíduos e o valor atribuído aos patrimônios históricos, tal como

suas políticas de preservação e destinação de uso.

Não é exagero quando se afirma que o urbanismo que se faz presente nas cidades em muito se aproxima daquele modelo de urbanismo francês do século XX descrito por Harvey (2014) em *Cidades Rebeldes*. Harvey (2014) coloca que o Estado é responsável por inflamar as “relações de privilégio e domínio de classe na própria paisagem física da cidade” (p. 18). Para Harvey (2014, p. 20) a cidade nos moldes tradicionais foi extinta devido à prioridade em atender aos interesses do capital que não têm como foco estabelecer um planejamento de crescimento urbano, diminuindo assim importância dos impactos na esfera social, ambiental ou política.

Sendo então o espaço urbano constante palco para disputas de poder e dominação entre classes, onde uma busca impor sua hegemonia sobre a outra, evidencia-se que cada uma delas, presentes na cidade, lutam, invariavelmente, pelo desenvolvimento, construção de memória e imagem de cidade que vão de encontro aos seus desejos e anseios.

Dessa maneira, o presente trabalho parte de tais premissas, trazendo como estudo de caso a antiga oficina de trens da extinta Estrada de Ferro Sorocabana, localizada na cidade de Itapetininga, interior de São Paulo. Construída em 1932, a edificação teve seu funcionamento interrompido em 1988, nove anos após a paralisação de transporte de passageiros. Desde então, o imponente prédio – que outrora fora tido como um dos símbolos de desenvolvimento da cidade, marcando uma época áurea da

mesma dadas as ofertas de emprego – viu-se em situação de abandono por parte da ALL, nova detentora do imóvel, e do poder público municipal.

Como consequências do vazio de uso gerado estão a depredação do patrimônio arquitetônico, a apropriação do prédio por parte de grupos tidos como “marginais” (garotas de programa, famílias em situação de rua, dependentes químicos e etc) e o aumento do estigma de violência e pobreza da área que atinge a população residente – em especial dos bairros localizados acima da linha férrea que possuem maior proximidade com a oficina –. A situação ainda se agrava à medida que se constata a péssima infraestrutura do bairro que, aliada a todo o estigma que envolve a área, vulnerabiliza ainda mais essa população, em especial a parcela de jovens que já se enquadram em situação de risco.

Sendo assim, como sugere Lefebvre (2008) é necessário que se comece a pensar numa nova configuração de cidade a partir dos problemas originados pelo urbanismo pautado no capital, para que seja possível transformar a vida cotidiana dos espaços urbanos o que, conseqüentemente, abre possibilidades de melhora na qualidade de vida das populações mais vulneráveis.

Diante disso, tem-se por objetivo a destinação de um uso ao bem patrimonial que atenda às demandas dessa população. Portanto, propõe-se aqui a realocação do projeto CAPSi – estando este já presente no bairro com uma infraestrutura irregular – na antiga oficina que, além de se tratar de um programa que busca a desinstitucionalização manicomial também conta com o apoio das respectivas famí-

lias no processo de ressocialização de jovens carentes que necessitam de maior atenção à saúde mental. Além disso, é necessário estabelecer diretrizes para o grande vazio urbano em frente à oficina, convertendo-o numa área de lazer para os habitantes que atualmente não disponibilizam de tais áreas.

São estabelecidas como metodologias estudos de caso com bibliografia pertinente às questões levantadas, visitas à área, análises por meio de fotografias, mapas elaborados, conversas com moradores e entrevista com parte da equipe do projeto CAPSi para que o projeto arquitetônico apresente coerência para com o caso estudado.

2

REFERENCIAL TEÓRICO

FIGURA 4: ANTIGO ACESSO.
FEV. 2016_ACERVO PESSOAL



■ Segregação Socioespacial

A primeira temática a ser abordada imprescindível para o entendimento da dinâmica de uma cidade e todos os aspectos físicos e subjetivos pertencentes à mesma é a questão da segregação urbana. Apesar deste ser um assunto amplamente divulgado, é necessário cuidado para, que ao tratar do mesmo, não se caia no senso comum desconsiderando o contexto de análise, no caso cidades latinoamericanas, cujo processo de formação distingue-se das cidades norteamericanas. Para tal, é buscada a definição de Villaça (2000), onde o mesmo explica a segregação como um processo no qual os diferentes estratos sociais buscam ocupar diferentes regiões ou bairros da cidade. Sendo assim, num primeiro momento, entende-se que este processo tem relação direta com a desigualdade social, onde o que é tido como "diferente" e/ou "inferior" é repellido do convívio.

Se para Villaça (2000) a segregação é uma produção social, para Lefebvre (2008) aproxima-se mais de uma estratégia de classe que, mesmo de maneira inconsciente, visa à separação, a fim de garantir formas de dominação e a reprodução das relações de produção, onde estas estão baseadas na desigualdade. Essa separação, colocada por Lefebvre (2008) vai para além do sentido físico literal da própria palavra indo, portanto, de encontro à esfera simbólica e ideológica. É estabelecida então um mecanismo uma hierarquia de poder, cujos desdobramentos se darão tanto no espaço urbano quanto nas relações sociais entre os sujeitos.

Para ambos os autores (VILLAÇA, 2000; LEFEBVRE, 2008) tal conduta alienante, perpetuada, é, antes de mais nada, uma negação e ruptura ao próprio sentido de cidade, tendo em vista que a mesma em sua essência é o convívio entre os tipos heterogêneos.

Há ainda três formatos de segregação postos por Lefebvre (2008, p. 97), sendo eles "ora simultâneos, ora sucessivos: espontâneo (proveniente das rendas e das ideologias) – voluntário (estabelecendo espaços separados) – programado (sob o pretexto de arrumação e de plano) ". Para efeitos didáticos é mais conveniente explicar estas três formas estabelecendo um paralelo com os períodos de segregação na cidade de São Paulo pensados por Caldeira (2000).

Num primeiro momento, mais precisamente até os anos 1930, a cidade de São Paulo teria experimentado a segregação espontânea, onde a separação resultava do valor do solo urbano. Exemplos claros seriam os bairros operários em oposição aos bairros da elite, como Campos Elíseos, separados pela linha férrea resultante do preço da terra. Quanto a essa particularidade, inclusive, Villaça (2000, p.313) atribui:

Inicialmente a proximidade ao centro, combinada com atrativos do sítio natural, foi a causa determinante da definição das direções de expansão das burguesias. Depois, à medida que a metrópole se estruturava e a estrutura se ossificava, definiam-se as áreas 'convenientes' e 'inconvenientes' para as burguesias. Tornava-se então para essas camadas cada vez mais difícil abandonar sua direção de crescimento.

A partir de 1930 e até meados de 1940, a cidade

passa por profundas mudanças urbanísticas provenientes de políticas públicas de embelezamento, sendo a mais emblemática delas o Plano de Avenidas de Prestes Maia. Como principal consequência de tais políticas a população das camadas mais pobres é expulsa do centro e obrigada a ocupar outros locais da cidade; dando-se então a configuração centro-periferia. Tal composição pode ser lida como segregação programada, onde a partir de um plano urbanístico separa-se diferentes classes. Porém, ressalta-se que tal formato de segregação pode ser lido também no contexto de implantação dos conjuntos habitacionais, por exemplo. Além disso, não é de se espantar que as camadas de mais alta renda tenham se concentrado em áreas urbanizadas com melhor infraestrutura.

E, por fim, um último período corresponde aproximadamente aos anos 1980 em diante, onde se vê o surgimento de "enclaves fortificados" – como chama Caldeira (2000) – em que as camadas mais abastadas promovem a auto segregação. Portanto, por meio do medo da violência e a discriminação social é justificada a segregação voluntária de Lefebvre (2008) ou auto segregação de Villaça (2000).

Apesar desse movimento segregatório, não se pode afirmar que o mesmo seja suficiente para afastar por completo ou sufocar o crescimento de uma classe social diferente àquela que já se concentra naquele espaço. Ou seja, por maior que consista a ação de um grupo – sendo este majoritariamente com maior poder aquisitivo – em buscar ocupar entre seus "iguais" e, sobretudo, locais da ci-

dade com melhor infraestrutura, invariavelmente haverá a coexistência com aquele de menor "status".

■ Barreira Urbana

Lynch (2006) define os limites como sendo unidades lineares não utilizados ou apreendidos como ruas pelo observador, agindo como fronteira entre duas localidades distintas.

A fim de tornar mais claro, Lynch (2006) cita como exemplos de ruptura de continuidade margens de rios, lagos, espaços em construção e linhas férreas. Tais barreiras podem ser mais ou menos permeáveis, agindo como divisão entre duas áreas, ou outras vezes estabelecendo "costuras, linhas ao longo das quais duas regiões se relacionam e se encontram" (LYNCH, 2006, p.53).

Para Lynch (2006, p.54) a representação física pode ser alterada de acordo as variadas situações a partir da forma com que é visto.

Os bairros são estruturados com pontos nodais, definidos por limites, atravessados por vias e salpicados por marcos. (LYNCH, 2007, p.54)

Muitos autores também trazem a nomenclatura de "remanescentes urbanos", como sendo eles sobras de uma reorganização espacial que outrora possuía um uso específico e, atualmente, encontra-se ausente do mesmo. Exemplos de remanescentes ou interstícios urbanos são as próprias linhas férreas que podem não só delimitar fisicamente duas áreas contíguas, como

também criar uma reação em cadeia diferenciando-as.

Portanto, observa-se que muitas vezes uma região localizada em determinado lado da linha tende a ser mais ou menos desenvolvida com base na sua atribuição de valor e, principalmente, se está ou não contida na área com melhores infraestruturas da cidade.

■ Vazio Urbano

De acordo com Cardoso (2008), em meados da década de 1970, no Brasil, marca-se o surgimento das discussões a respeito dos vazios urbanos tendo como contexto as primeiras análises a respeito dos processos de urbanização que, em conjunto com os interesses capitalistas, reservavam terrenos vagos em áreas centrais fora do mercado e indicavam o crescimento das cidades em direção às áreas periféricas.

Entretanto, em decorrência de tais práticas, na mesma década, surge o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano que visava frear tais vícios tendo como instrumentos o IPTU progressivo incidindo sobre terrenos vazios. Tal debate referente à descontinuidade do solo urbano é retomada na Constituição Federal de 1988, onde a mesma estabelece a função social da terra de maneira tal que esta deve cumprir uma finalidade socialmente útil:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

Assim sendo, o lote não deve ser usado como reserva de valor estando passível de punições. Com o Estatuto das Cidades, Lei nº 10257/2001, a questão é consolidada e dá-se início às tentativas de não somente ocupar os vazios na malha urbana, como também buscar diferentes usos para áreas abandonadas promovendo o ideal de cidades sustentáveis (CARDOSO, 2008).

Diante do que já foi contextualizado, pode-se entender os vazios urbanos não somente como resultados do processo de urbanização, como também falta de planejamento e diretrizes (BORDE, 2003). Ademais, Borde (2003) ainda esclarece que tais entremeios de vazios presentes na malha urbana, além de romperem o continuum do tecido urbano, espacializam as discrepâncias do âmbito social e econômico produzidos por desvitalizações, deseconomias urbanas e desterritorializações. Sendo assim, os terrains vagues representam a quebra espacial e, sobretudo, evidenciam a dinâmica sócio-espacial.

Apesar de seguir a mesma lógica, Dittmar (2006) vai além, não só caracterizando os terrains vagues pelas questões físicas apresentadas ou pelo próprio esvaziamento do uso, como também pondera as duas situações simultaneamente, estabelecendo então três tipologias de vazio, sendo eles: o físico, o de uso e a fusão destes dois resultando numa terceira configuração.

Os vazios físicos, sendo espaços associados à elevada quantidade de terras (VILLAÇA, 2000), são caracterizados por áreas ociosas ou subutilizadas reservadas pelos proprietários para especulação imobiliária.

Caracteriza-se muitas vezes por áreas reservadas pelos proprietários para a especulação imobiliária, onde o processo de produção e reprodução das parcelas da cidade não está sendo utilizadas. (DITTMAR, 2006, p. 71 apud ALVAREZ, 1994, p.11)

Já a segunda tipologia, vazio de uso, descrita por Dittmar (2006), é muitas vezes denominada como remanescente urbano, que na maior parte dos casos tem como procedência antigas atividades industriais, é descrito como descontinuidades restantes de reconfigurações urbanas, como por exemplo: antigas áreas ferroviárias, mineradoras, portuárias e edifícios abandonados.

E, por fim, a última configuração de vazio é uma união entre as duas anteriores, sendo aquela composta por espaços residuais desocupados ou subutilizados que, segundo Dittmar (2006, apud Solà-Morales, 1995), consiste em áreas que já apresentaram um uso no passado, mas que atualmente encontram-se ausentes de uso, também não apresentam limites definidos e, portanto, são pouco claras na percepção da sociedade, apesar de estabelecer forte memória urbana com eles.

■ Patrimônio

Segundo Tamaso (2002), é inegável a notoriedade que vem sendo atribuída à questão do patrimônio – englobando aqui suas mais variadas expressões, tanto a imaterial quanto a material – nas últimas décadas. Tal ocorrência pode ser explicada com base em Carsalade (2011), onde o mesmo expõe que a própria noção de patrimônio cultural contemporânea é mais abrangente se comparada há anos atrás, não se encontrando estabe-

lecida apenas nos fundamentos históricos e artísticos.

Portanto, debates das mais diversas frentes de conhecimento são fomentados juntamente às novas questões e paradigmas continuamente repensados sobre os bens patrimoniais, dentro da cidade contemporânea, como por exemplo: função, localização, a destinação de uso, restauração, mecanismos de preservação e etc.

Contudo, antes de entrar no mérito das questões, é importante entender primeiramente o conceito de patrimônio e, sendo assim, para tal é possível começar pela definição de Coli (2012), visto que a mesma é uma das mais abrangentes por levar em conta também as obras de arte. A definição do autor em questão toma por bem cultural tudo aquilo que está entre a matéria e o pensamento.

Consequentemente, entende-se que tal linha de raciocínio é análoga à disseminada por Jeudy (2004), que afirma haver um contraste progressivo entre memória e patrimônio, sendo este último uma materialização do primeiro, tornando possível estabelecer uma estrutura representativa característica de uma comunidade. Já para Oliveira (2014), cujo entendimento aproxima-se mais ao de Jeudy (2004) e, que ao contrário de Coli, não inclui as obras de arte justamente por focar-se aos monumentos, o bem cultural é tido como sendo o vestígio de uma sociedade em dado período de tempo e espaço, sendo, portanto, o relato de uma época.

A fim de se aprofundar a discussão, Oliveira (2014) traz como exemplo antigas estações de trem, oficinas e vilas operárias, colocando-as sob domínio de uma classificação dentro do universo do patrimô-

nio, sendo ela a do bem industrial, ou seja, produtos resultantes da industrialização que, no exemplo citado, corresponde à indústria do transporte. Quanto à designação do que é tido como patrimônio industrial, Kühl (2008, p. 39) coloca que:

(...) um monumento industrial é qualquer relíquia de uma fase obsoleta de uma indústria ou sistema de transporte, abarcando desde uma pedreira de sílex neolítica até uma aeronave ou computador que se tornaram obsoletos há pouco.

Nota-se que tanto Kühl (2008) quanto Oliveira (2014) alinham-se à Carta de Nihny Tagil (2003), aprovada em assembleia geral pelo Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH) – sendo este consultor especial do ICOMOS para esta categoria em particular e consagrada organização mundial voltada ao patrimônio industrial –. A carta define como bem industrial os monumentos e demais equipamentos referentes a cultura de indústria que apresentam relevância histórico, social, tecnológico arquitetônico ou científico. Além disso, a Carta de Nihny Tagil (2003, p.4) esclarece que:

ii. O patrimônio industrial reveste um valor social como parte do registro de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário. Na história da indústria, da engenharia, da construção, o patrimônio industrial apresenta um valor científico e tecnológico, para além de poder também apresentar um valor estético, pela qualidade da sua arquitetura, do seu design ou da sua concepção.

A partir das premissas desta carta, voltada especificamente para estes bens, compreende-se então que a relevância do mesmo consiste no impacto das atividades desenvolvidas e seus desdobramentos históricos para o lugar em que se encontra.

Para fins de definição, atenta-se que a palavra “monumento” empregada, quando referida aos bens patrimoniais, não faz alusão à ideia de monumentalidade, tendo portando significados distintos.

A palavra latina ‘monumentum’ remete para raiz indo-europeia ‘men’, que exprime uma das funções essenciais do espírito (mens), a memória (memini). O verbo “monere” significa ‘fazer recordar’, donde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O ‘monumentum’ é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. (...), mas desde a Antiguidade romana o ‘monumentum’ tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa da arquitetura ou de escultura; arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. (LE GOFF, 1984, p. 95 apud FRONER, 2013, p. 244)

A Carta de Veneza (1964), importante referência para bens arquitetônicos, estabelece em seu primeiro artigo o real significado do termo:

Artigo 1º – A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas

também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

Sendo assim, uma série de bens são elevados à categoria de patrimônio como prova da origem e existência da nação possibilitando à mesma a criação de uma identidade própria como atesta Chuvva (2012). Entretanto, Luchiari (2005, p. 96) chama atenção para o fato de que durante muito tempo a prática da preservação foi erroneamente entendida e usada como processo histórico seletivo de atribuição de valores às formas e às práticas culturais dentro da estrutura social de uma determinada época. Dessa maneira, os bens tombados sob a categoria de patrimônio representam, por vezes, a hegemonia de determinados grupos sociais (grandes casarões da arquitetura colonial, as igrejas, os palácios, entre outros) e só recentemente os objetos e bens simbólicos da cultura popular (vilas operárias, festas típicas, artesanato) são entendidos como patrimônio cultural.

Concluindo, como traz Ulpiano (2009) a importância de se preservar e, sobretudo, habitar o patrimônio fundamenta-se na relação de pertencimento – estando este diretamente relacionado aos processos de identificação – que, por sua vez, cria referências dentro do espaço para o indivíduo ao passo que a memória o situa no tempo.

■ Saúde Mental

Segundo Schechtman (2005, p. 25) o século XX foi marcado por uma "utopia autoritária de

uma educação científica e obediente aos preceitos salvadores da higiene mental" estando relacionados ao crescente interesse pela situação da infância, questões demográficas e saúde das populações.

No mesmo período, mais especificamente no Brasil, devido à atribuição do ideal de futuro da nação, propaga-se a importância da assistência a crianças e adolescentes tornando-as, portanto, responsabilidade do Estado. Dentro deste contexto são criadas uma série de medidas, fundamentadas na lógica higienista e de inspiração normativo-jurídicas, que fomentavam o crescimento e participação de instituições asilares voltadas para o cuidado de crianças e adolescentes.

A partir de então, cria-se um abismo entre o discurso hegemônico sobre a importância da criança e do adolescente na organização social e as ações do Estado, ao passo que este último não tomou, de fato, responsabilidade sobre estes indivíduos, dando aval ao modelo de internação e o padrão de criança a ser assistida, sendo ela não somente a deficiente mental, mas também a deficiente social e a deficiente moral.

A instituição psiquiátrica busca legitimar-se como uma das instâncias reguladoras do espaço social, extrapolando os limites do asilo clássico, construindo um saber psiquiátrico preventivo ao qual se vincula o surgimento da psiquiatria infantil. (SCHECHTMAN, 2005, p. 25)

Rizzini (2005) pontua que registros históricos datados entre os séculos XIX e XX, sobre assistência à infância, mostram que quando crianças pobres e/ou famílias com dificuldades na criação de

seus filhos buscavam ajuda do Estado, por vezes, estas acabavam sendo encaminhadas para instituições sob a condição de órfãs ou abandonadas.

Interpreta-se este cenário como sendo o da institucionalização do cuidado e criminalização da infância pobre que, levado às últimas consequências resulta na desassistência, abandono e exclusão da criança.

Essa modalidade de educação, na qual o indivíduo é gerido no tempo e no espaço pelas normas institucionais, sob relações de poder totalmente desiguais, é mantida para os pobres, até bem recentemente, e, em certo grau, até os dias de hoje. (RIZZINI, 2005, p. 32)

Portanto, também a partir disso, é possível explicar o extenso histórico de internação de crianças e jovens em instituições asilares.

Somente com a redemocratização do país foi possível ampliar e rediscutir a questão do modelo de cuidados da saúde mental de jovens. Sendo com a promulgação da Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, presente na Constituição Federal que a discussão ganha mais corpo tendo como porta voz o Movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira, cuja pauta principal era a desinstitucionalização dos cuidados para a saúde mental em prol da concepção de uma rede de cuidados comunitária de base territorial.

Como coloca Rizzini (2005), apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança terem concluído que o número de crianças internadas apresentará progressiva

queda, a criança em situação de pobreza está inserida hoje em diferentes formas de desamparo, indo desde comunidades vulneráveis, passando por situações de rua ou em escolas e hospitais deficientes em aparelhos.

Conforme constatado pelo governo sueco uma parcela significativa de crianças ainda vive em instituições, sendo elas entre oito e dez milhões de crianças em todo o mundo (SWEDEN, 2001 apud RIZZINI, 2005, p. 33). Atribui-se a isso ao fato de que por vezes famílias economicamente desfavorecidas veem nas instituições a oportunidade de que seus filhos tenham alimentação, segurança e acesso à educação. Logo, a situação da pobreza continua levando às instituições crianças que não precisariam ser afastadas de suas famílias e comunidades.

Dados numéricos do Levantamento da Rede de Abrigos, realizado pelo Ipea, a fim de avaliar a Rede de Serviços de Ação Continuada, apresentam que 19.373 crianças estão em abrigos, sendo: 58,5% meninos; 61,3% entre 7 e 15 anos; 63,6% negros; 52,6% estão há mais de dois anos no abrigo e, por fim, 86,7% tem família. De todo este universo, 50,1% são abrigados por razões relacionadas à pobreza.

Crianças não deveriam ser institucionalizadas por serem pobres, mas ainda são. Isso não deveria ser tolerado, mas ainda é. Trata-se de uma questão da esfera das políticas públicas. Há que se criar alternativas, respeitando as necessidades das crianças e seus direitos. Outras formas de cuidado às crianças precisam ser desenvolvidas. (...) O que não pode ocorrer é a omissão do Estado no planejamento e

na execução das políticas, deixando a situação nas mãos da ação policial, como ocorria na passagem do século XIX para o XX, com os meninos recolhidos nas ruas. (RIZZINI, 2005, p. 34)

Conforme observa Gomes (2005) a aceitação da prática institucionalizante enquanto solução para o problema de jovens pobres tem origem, basicamente, no desrespeito à individualidade e história do sujeito, violação de direitos sob o falso pretexto de segurança e retirada do convívio social (família e comunidade). A ação culmina na marginalização, exclusão social, baixa inserção no mercado de trabalho, vulnerabilidade a doenças psicossomáticas, déficit geral de desenvolvimento e, por vezes, ingresso em instituições criminais. Portanto, não é exagero afirmar que a institucionalização traz graves consequências para o desenvolvimento psicológico, afetivo e cognitivo de crianças e adolescentes.

A fim de reverter esse formato o movimento da Reforma Psiquiátrica vem lutando há vinte anos e apresentando como proposta a reformulação das políticas públicas de saúde mental, abandonando o modelo asilar – considerado opressor, invasivo, cuja essência é discriminatória e segregadora – pela substituição de conjuntos de serviços abertos e comunitários que disponham de cuidados necessários para que o indivíduo viva com segurança em liberdade, no convívio familiar e social tanto quanto possível.

O movimento entende que as pessoas – crianças, jovens e adultos – com transtornos mentais precisam

receber tratamento de maneira que se sintam acolhidas, valorizadas, ouvidas e legitimadas em suas necessidades e desejos, inclusive em seu projeto específico de tratamento na promoção de melhores condições de vida. Como consta na cartilha de Direito à Saúde Mental, disponibilizada pelo Ministério Público Federal, a maior parte das pessoas que apresentam transtorno mental não possuem comportamento que ofereça risco a sua vida e a dos outros. Portanto, é fundamental abrir mão da ideia errônea (lê-se: preconceituosa) de que os tidos como “loucos” são obrigatoriamente/invariavelmente perigosos.

Diante disso, um dos maiores obstáculos enfrentados na área da Saúde Mental é a construção de uma política dentro do SUS que contemple crianças e adolescentes que precisam de cuidados e que, sobretudo, não desconsidere suas particularidades e nem as retire do convívio familiar e social.

Com base nesta nova perspectiva de assistência surge o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) que se trata de uma unidade de base na Reforma Psiquiátrica Brasileira com atendimento diário, diurno e intensivo, de base territorial que já nos últimos 15 anos vem substituindo a prática manicomial. Como explica Elia (2005, p. 50) “o CAPS não se reduz a um tipo de serviço entre outros, mas constitui a encarnação de diretrizes da política de saúde mental em determinado território”. O modelo de serviço em questão possibilita a participação das pessoas com sofrimento mental na construção da política de saúde mental ao invés de internações em hospitais psiquiátricos. Além disso, tal

equipamento incorpora em sua prática a dimensão do controle social com ações que vão além do seu espaço interno convidando a comunidade. É dentro deste contexto que surge o Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi) operando dentro das diretrizes da rede, mas voltada para o cuidado de crianças e adolescentes com base no acolhimento universal.

Como presente em "Caminhos para uma Política de Saúde Mental Infanto-Juvenil", disponibilizada pelo Ministério da Saúde, o acolhimento universal visa ajudar todos aqueles que buscam auxílio conferindo legitimidade ao seu sofrimento e sua existência enquanto pessoa. Aliado a isso a Política de Assistência em Saúde Mental tem como base o pressuposto de que a criança e o adolescente a serem tratados são indivíduos responsáveis sobre suas ações, sofrimentos e sintomas e, por consequência, são pessoas com direitos, inclusive, o direito ao cuidado. A premissa tem como um dos vários objetivos o de entender os jovens como sendo únicos, impossibilitando que o cuidado destinado a eles seja homogêneo, massivo e indiferenciado, o que lhes retiraria a singularidade. Colocado em prática o novo modelo de abordagem, que respeita a subjetividade e coloca como sendo única, abre espaço para que falem, se expressem e pensem por eles mesmos buscando autoconhecimento.

Concluindo, a partir da perspectiva que hoje dirige as políticas de saúde mental, os serviços de saúde mental infanto-juvenil devem ir além do afazer técnico de tratamento assumindo uma função social traduzida em ações que acolham, ouçam, cuidem, possi-

bilitem ações emancipatórias, legitimem a participação dentro do meio social e melhorem a qualidade de vida da criança portadora de transtorno mental. É um dos alicerces do serviço CAPSi o tratamento tanto da criança/adolescente quanto dos responsáveis por esta, uma vez que, envolve e compreende os mesmos como sujeitos a serem atendidos. Por fim, o programa também se orienta de modo a manter relações com outros equipamentos do território, a fim de criar uma rede de atenção em torno do portador. Estas são ações de dimensão territorial para que o sujeito tome controle de sua vida e subjetividade.

FIGURA 5: ESTRUTURA INTERNA
SUPERIOR DA OFICINA; ÊNFASE
PARA O RITMO DOS PÓRTICOS E
GEOMETRIAS.
FEV. 2016_ACERVO PESSOAL



FIGURA 6: ELEVÇÃO
LESTE COM ENQUA-
DRAMENTO DA RUÍNA.
FEV. 2016_A CERVO PESSOAL





3

REFERÊNCIAS PROJETOVAIS

■ Para a escolha dos antecedentes que servirão como base de estudo para proposta projetual, alguns pré-requisitos foram estabelecidos, sendo eles: contextos históricos das edificações, estado de conservação que se encontravam os prédios, soluções técnicas propostas e resultados finais. Deste modo, para que houvesse maior riqueza nas leituras não houve restrição quanto ao uso original dos edifícios históricos, estando eles ligados ou não às questões férreas, mas sim, se estes eram contempladas dentro do recorte de arquitetura industrial.

FIGURA 7: INTERIOR DA NAVE 8B E DETALHES CONSTRUTIVOS



■ Nave 8B, Madrid

O projeto de intervenção de 2009, autoria de Arturo Franco, consistiu na requalificação de uma das naves do antigo matadouro, localizado na zona central de Madrid.

Projetado pelo arquiteto da cidade, Luis Bellido, em torno de 1907, o local serviu como despensa no centro da cidade ao longo de 60 anos mostrando sua funcionalidade e qualidades espaciais. Após longos anos de abandono Madrid mostrou interesse em converter o uso do prédio deteriorado em um grande complexo cultural. Dessa maneira, a nave 8B assumiria função

administrativa com espaços para palestras, apresentações, um armazém e uma pequena sala de trabalho.

A beleza do projeto de Arturo reside justamente no respeito às características tão marcantes do local e a nova forma de manuseio dos materiais ali encontrados (Figura 7).

O cuidado com a identidade também se reflete na paleta de cores (à esquerda), onde predominam as tonalida-

des frias e terrosas. Devido às péssimas condições em que se encontravam as telhas foi necessária a retirada de todas elas (Figura 8). Entretanto, pensando na necessidade de se ter paredes que dividissem os espaços internos, optou-se por dispor as mesmas de maneira que funcionassem como paredes, atendendo assim a necessidade do programa, conforme vemos na planta (Figura 9).

FIGURA 8: DIAGRAMA DAS TELHAS CERÂMICAS

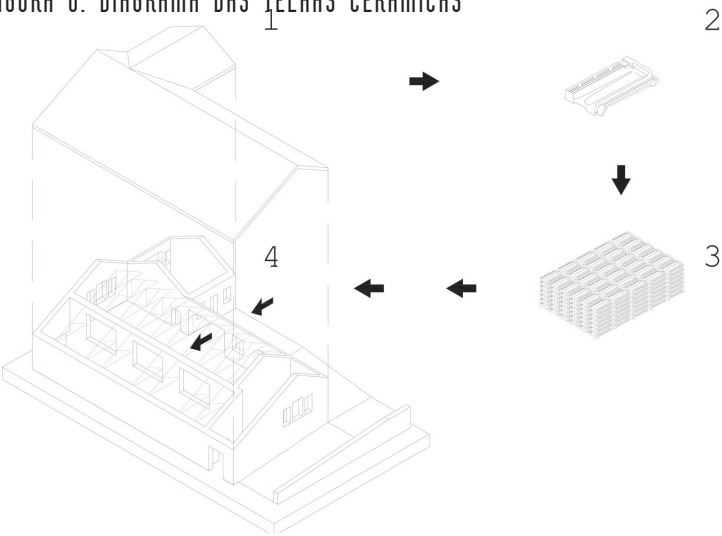
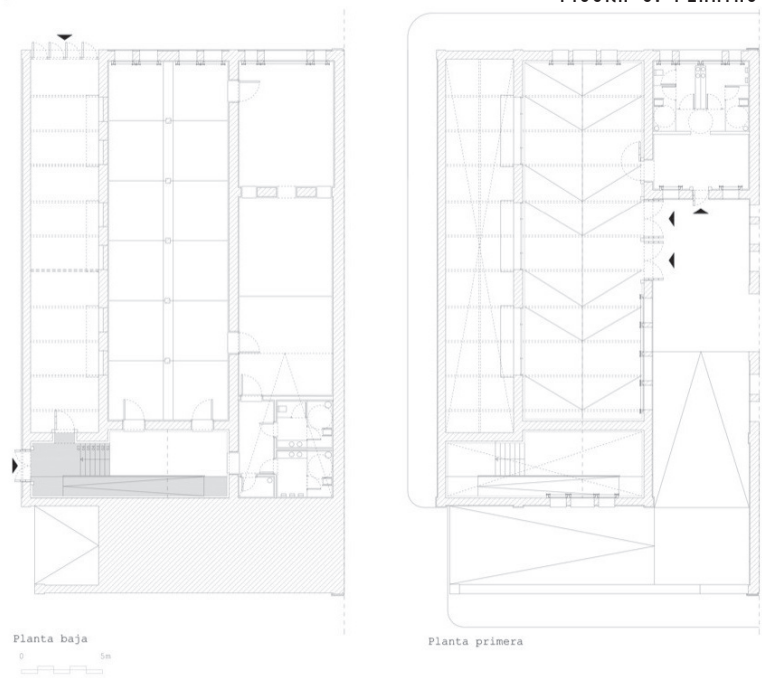
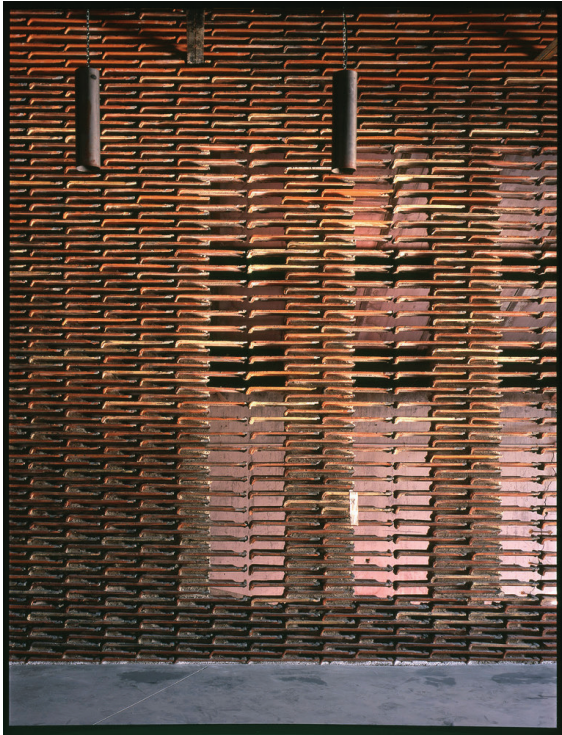


FIGURA 9: PLANTAS



Dessa forma, não só garantiram a circulação linear da nave, mas, sobretudo, resignificaram o uso do material original, como também atribuíram uma nova textura, respeitando a paleta de cores materiais já existentes,

FIGURA 10: PAREDES



compondo um interessante jogo de luz e sombra, responsável por criar essa atmosfera mais intimista e intrigante (Figuras 10 e 11).

FIGURA 11: INTERIOR II



Autoria do escritório americano Olson Kundig para a agência de publicidade Sedgwick Rd., o centenário prédio de máquinas da antiga Star Machinery, localizada no antigo distrito industrial de Seattle, viu não apenas seu interior ganhar novo uso, mas também uma nova dinâmica espacial.

O desejo da agência em quebrar com o modelo tradicional de escritório – hierárquico e corporativo – foi traduzido pelos arquitetos numa verdadeira "galeria industrial" com espaços mais colaborativos, igualitários, integrados e que instigam a criatividade dos usuários.

Durante as demolições do interior foram guardados os perfis metálicos, as escoras de madeira, portas e janelas e, até mesmo, as peças menores de alumínio para que estas fossem reutilizadas na construção das paredes móveis (Figura 12). Assim sendo, além do espaço adquirir maior dinâmica, sendo moldado de acordo com a necessidade dos usuários, se conserva também elementos da memória do prédio, tornando o passado presente.

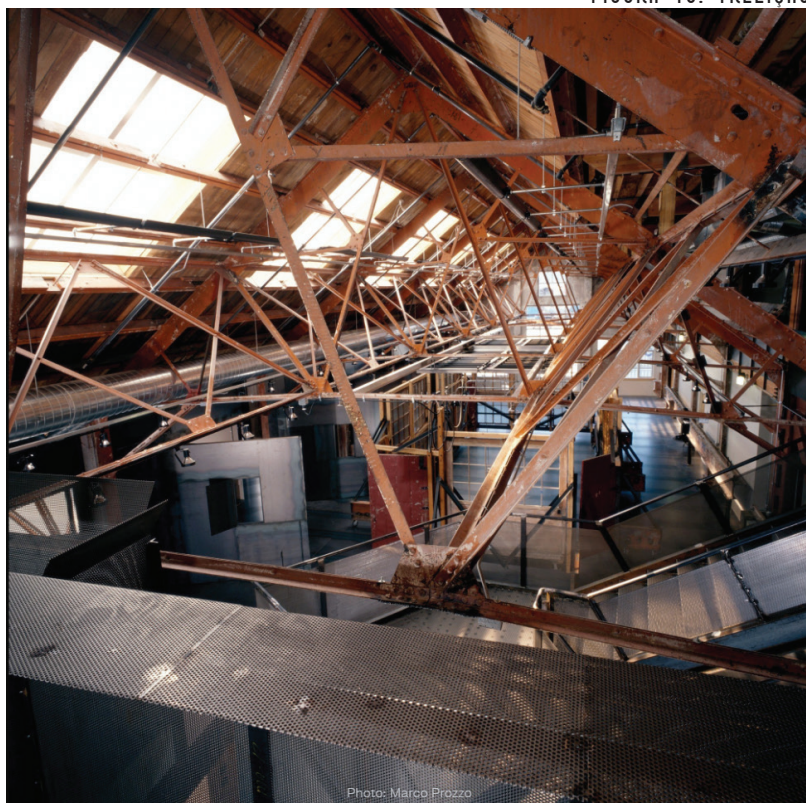
Outra grande qualidade do projeto foi a valorização da estrutura do edifício, seja ela feita através da reutilização dos materiais novas formas de uso (paredes, mobiliários e entre outros), como já foi dito, ou através da iluminação natural, que é



FONTE: <http://www.olsonkundig.com/projects/sedgwick-rd/> (Acesso em 19/05/2016)

o caso das treliças de aço que sustentam a cobertura (Figura 13) e que, novamente, reforçam a história do prédio antes da agência de publicidade.

FIGURA 13: TRELIÇAS



As cores que predominam são aquelas dadas pelos metais nos tons de cobre, antigas portas vermelhas com a pintura já gasta, perfis metálicos pretos e grandes divisórias de metal cinza (Figura 12). Entretanto, é a luz natural e os espaços vazios que proporcionam a composição harmônica e valorização dos diferentes tipos de materiais empregados.

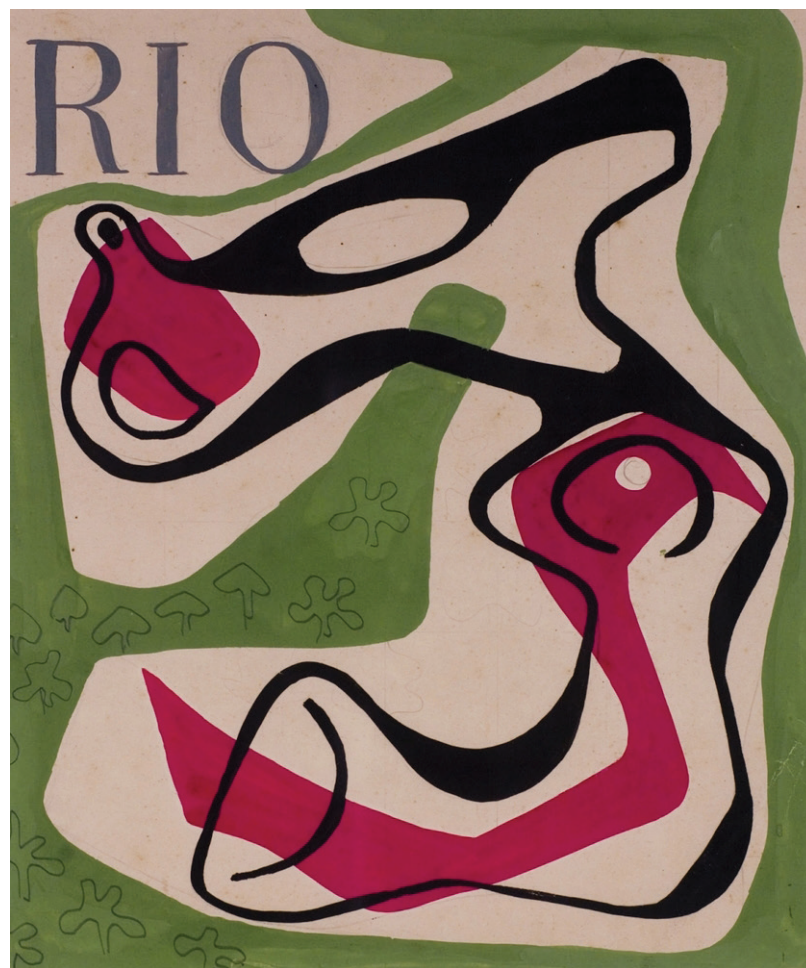
■ Capa da revista Rio/1953, Burle Marx

No design da capa da revista Rio, edição de 1953, estão refletidos não somente o domínio compositivo

e originalidade de Burle Marx, mas, sobretudo, vemos a sensibilidade para botânica, música e artes em geral cultivadas pela sua mãe, Cecília Marx, e o pragmatismo de seu pai, Wilhem Marx.



FIGURA 14: CAPA DA REVISTA RIO



FONTE: <http://www.architecturaldigest.com/story/brazilian-landscape-architect-roberto-burle-marx> (Acesso em 18/01/2017)

Notamos também os frutos de suas vivências, como: a estadia em Berlim com a família (1928), onde teve contato com as obras de Van Gogh – sendo este o artista que mais o marcou –, as ho-

ras desenhando no Jardim Botânico de Dahlem, as aulas na Escola Nacional de Belas Artes em convívio com o pintor expressionista alemão Leo Putz (a partir de 1930), o contato com Lúcio Costa, o tempo que trabalhou nos jardins de Recife, e, talvez o mais importante, os jardins do MEC (1938-1942).

Portanto, olhar para esta capa e tomá-la como referência é compreender que as influências, o contexto e o salto do classicismo de Pernambuco para as curvas do MEC marcam tanto o caminhar junto a Lúcio Costa e Villanueva na Modernidade, quanto o encontro de sua identidade e expressão enquanto paisagista.

A partir de então, se vê uma constante preocupação quanto à composição trabalhada por meio da cor, texturas, o uso da materialidade a ser atribuída e, não obstante, o estudo e compreensão de cheios e vazios que criam o jogo sinuoso de formas que propiciam um acolhimento do indivíduo.

Há aqui não um único centro, mas vários deles, cada qual diferentes entre si, mas que, ainda assim, originam o todo. Porém, não são os cheios - rosa, verde ou preto - que unem esta imagem; é justamente o vazio que dá essa conformidade harmônica em uma sensível associação estética.

Todas estas questões, trabalhadas cuidadosamente, refletem no que é visto como ritmo, expressão e infinitas possibilidades de situar-se no espaço e demais experimentações.

FIGURA 15: R. OBERTO BURLE MARX USANDO UMA FOLHA.
FONTE: <https://213h.files.wordpress.com/2013/04/foto-12.png>
(Acesso em 20/02/2017)





“Sempre quando a gente faz um projeto (isto eu estou falando do Roberto também, pois ele me ensinou assim) você tem que observar a arquitetura e tentar valorizar a arquitetura. Você tem que entrar na arquitetura como se fosse ocupante da construção e usufruir a paisagem. Você tem que construir a paisagem de acordo com o que você vai ver no local. Se colocar na pele do observador.” HARUYOSHI, Ono (2013, p. 149)

FIGURA 16: ROBERTO BURLE MARX E HARUYOSHI ONO.
FONTE: <http://www.arquiteturadovale.com/admin/servicos/acontece/images/68076fc35581f3e85c2b8fd-23c22e23a.jpg> (Acesso em 20/02/2017)



FIGURA 17: REFLEXOS
JAN. 2017_ACERVO PESSOAL



4

ITAPETININGA

Breve contexto histórico da cidade

A cidade de Itapetininga está localizada no interior do estado de São Paulo (Figura 18), mais precisamente a sudeste do mesmo, fazendo limite com pequenos municípios (Campina do Monte Alegre, Angatuba, Alambari e Guareí) cuja população vai em busca de seus serviços e equipamentos urbanos.

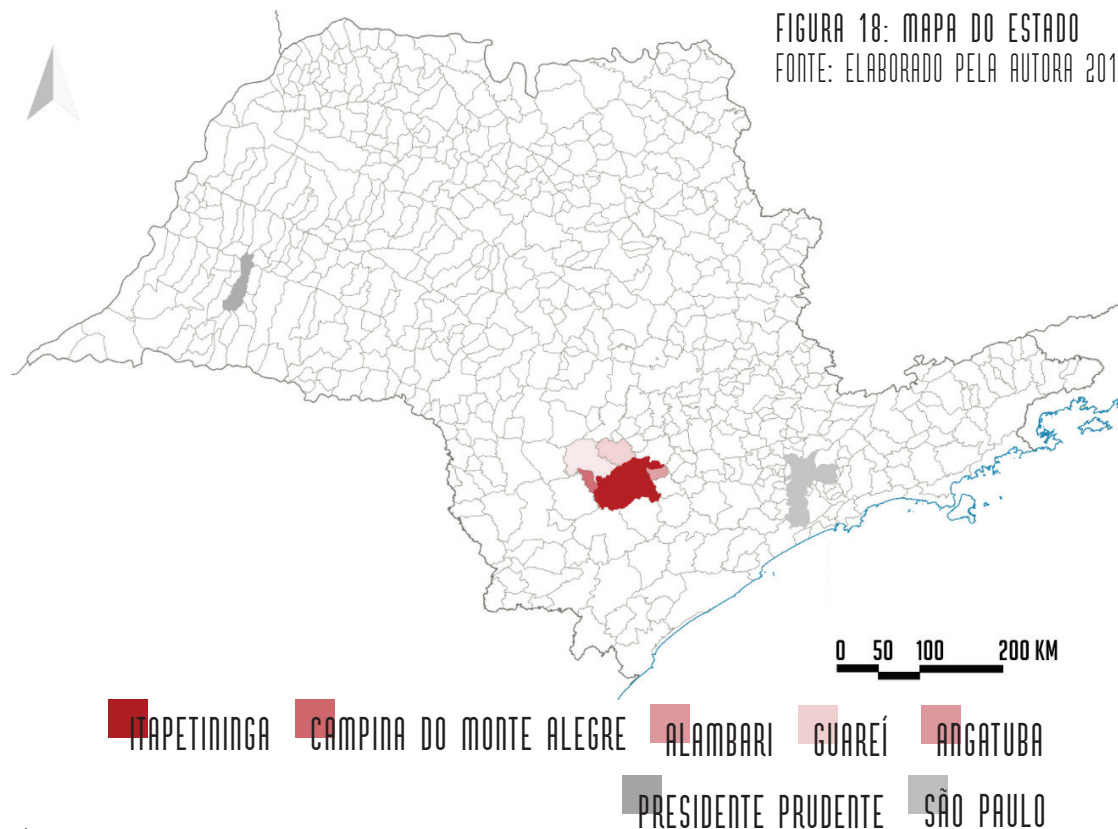
Segundo o Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Itapetininga (IHGGI), a atual cidade surgiu em 1724 devido ao tropeirismo, uma vez que a mesma servia como parada em meio às rotas com destino ao sul do país. Dada às circunstâncias, observou-se que a área em questão, além de apresentar pasto abundante, dispunha de solo fértil para o plantio, o que tornava favorável a permanência no local e, dessa maneira, surgiu a vila Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga. Somente no ano de 1855, a antiga parada de tropeiros foi elevada à categoria de cidade e, nos anos posteriores, começa a experimentar uma profusão de empreendimentos envolvendo tanto a construção civil quanto os meios de comunicação.

Quarenta anos depois, seguindo os percursos anteriormente utilizados pelos tropeiros, os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana já se faziam presentes (Figura 18) constituindo o Ramal Itararé, responsável por conectar a região ao sul do país. A partir de então houve no município um crescimento na

demanda por mão de obra que, não coincidentemente, nas décadas seguintes, viria a ser composta majoritariamente por trabalhadores ferroviários.

A presença da linha férrea gerou impactos profundos no município influenciando na composição do tecido urbano do mesmo, uma vez que, a disposição dos bairros periféricos, assim como a concentração da população de camadas sociais mais baixas – muitas vezes trabalhadores da Estrada de Ferro Sorocabana ou familiares dos mesmos – é contíguo/análogo ao desenho da ferrovia de maneira tal que houvesse um agrupamento ao longo desta.

Ao longo do tempo o município cresceu em área, e segundo dados do Instituto Brasileiro de Geo-





À ESQ.

FIGURA 19: MAPA DO RAMAL ITARARÉ

FONTE: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/i/itapetininga.html> (Acesso em 18/01/2016)



ACIMA

FIGURA 20: ESTAÇÃO DE TREM DE ITAPETININGA, ANO 1910.

FONTE: MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE ITAPETININGA

Contextualização geográfica

Sendo Itapetininga a Sede de Região do Governo, apresentando uma economia mais dinâmica, é natural para os moradores dos municípios próximos (mapa da página 34), e, principalmente, de distritos no município de Itapetininga busquem prestação destes e demais atendimentos com uma certa frequência, segundo dados disponibilizados pelo site da Prefeitura Municipal da cidade.

Sobre os distritos, é importante ressaltar que estes, localizados em macrozonas rurais, além de serem deficitários em infraestrutura básica (saneamento, asfaltamento, iluminação e etc), também apresentam carência em suas localidades, de equipamentos urbanos

grafia e Estatística (IBGE), hoje a cidade conta com 1.789,350 km² de território, sendo o terceiro maior do estado. Sua população corresponde atualmente à 158.561 habitantes, sendo que deste total 55.215 declarou-se sem instrução e ensino fundamental incompleto. Além disso, antes mesmo da desativação do ramal, mas sobretudo após o fim do mesmo, a economia da cidade passou a basear-se na prestação de serviços seguido pela indústria.

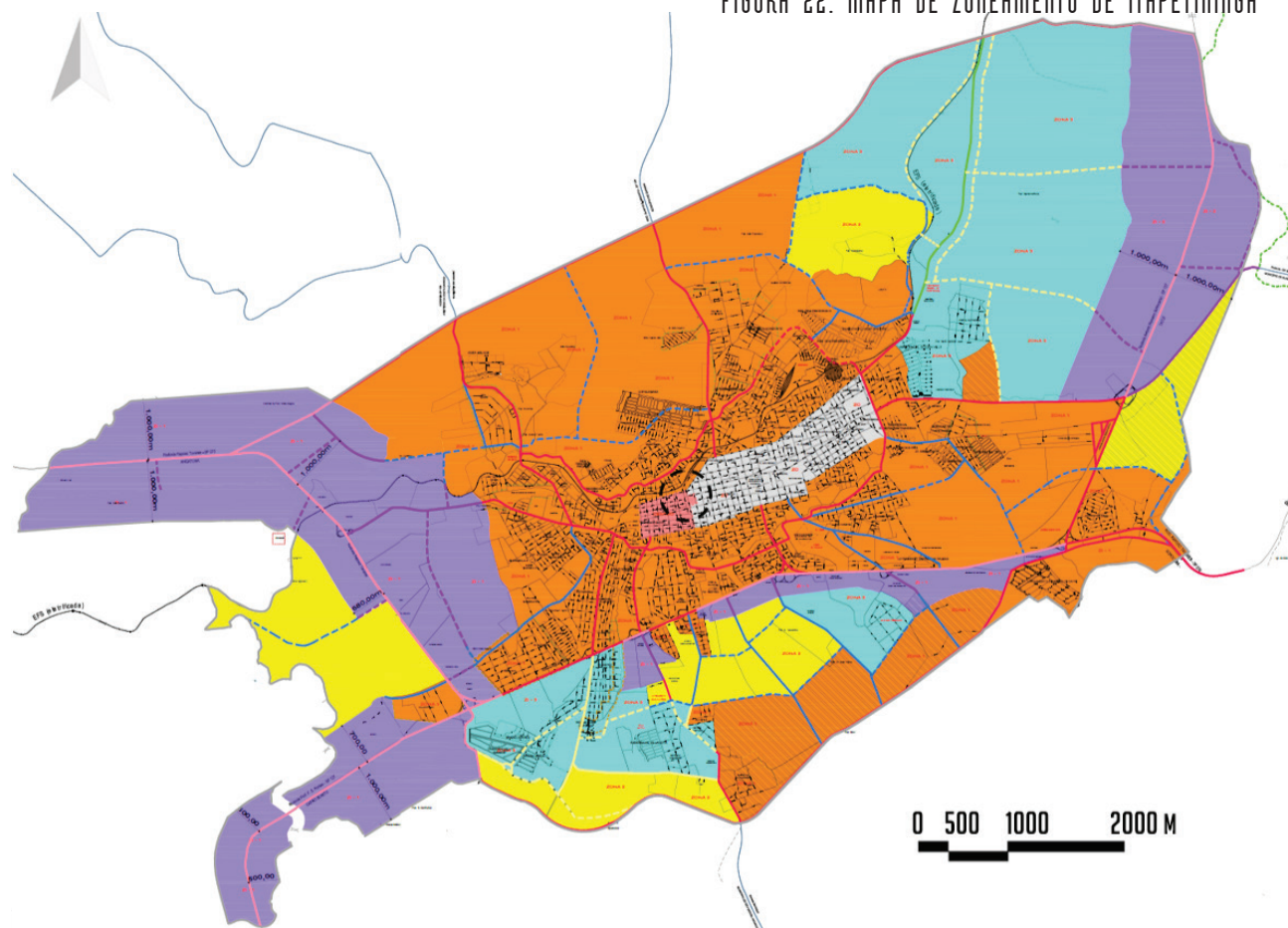
ao estabelecer uma dicotomia dentro da cidade estruturando o imaginário acerca do que vem a ser os espaços “além linha” e aqueles que lá residem.

Com base no mapa de zoneamento (Figura 22) verifica-se que as áreas que compreendem o a zona central e a zona histórica são as mais vivas por concentra-

rem grande parcela do comércio, prestação de serviços e a expansão territorial reforça a segregação em relação à linha férrea e, conseqüentemente, a parte da cidade que está do outro lado dela, que carece de infraestruturas, é habitada em sua maioria pelas populações de baixa renda.

A Figura 23 permite uma melhor compreensão acerca da concentração populacional na cidade, demonstrando o distanciamento físico das populações de baixo poder aquisitivo em relação ao centro. Nota-se também que os maiores conjuntos habitacionais de interesse social se encontram mais ao norte da cidade, acima da linha férrea, quase no limite da zona urbana. Em contraparti-

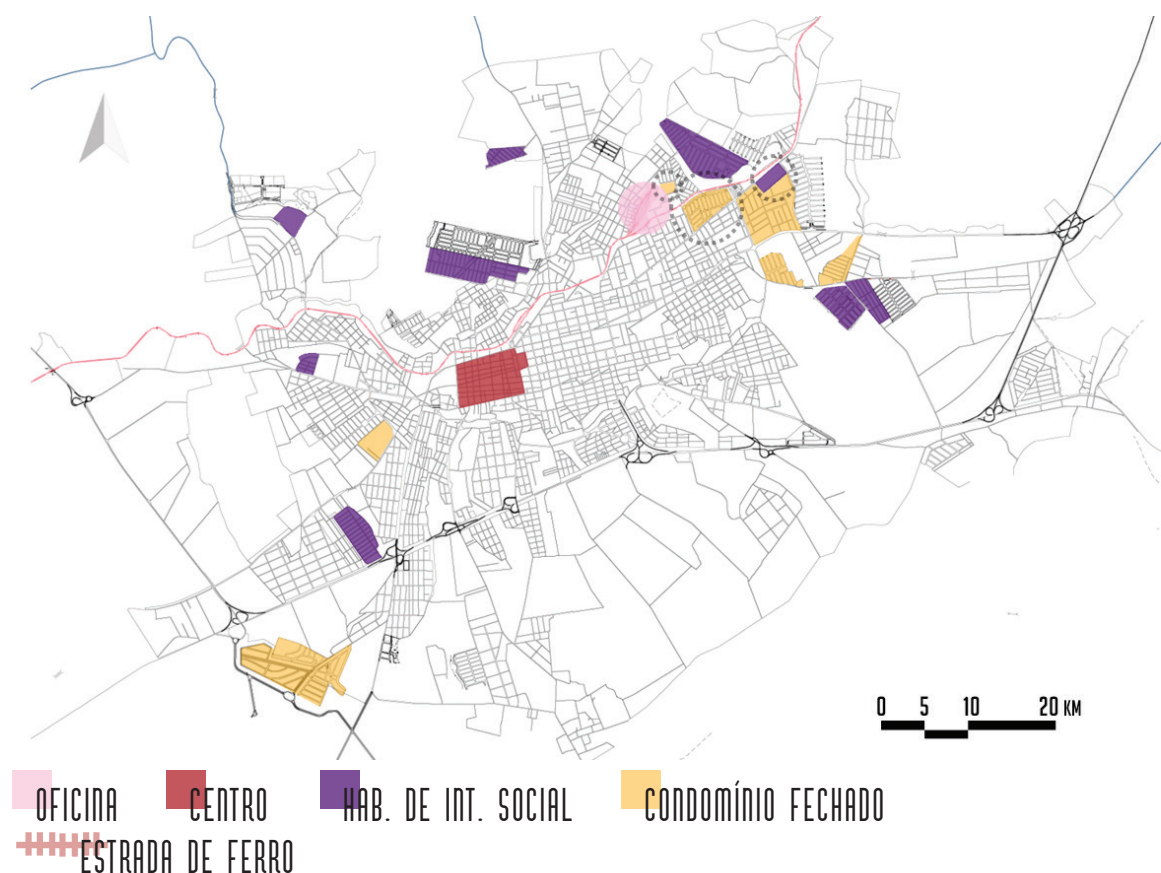
FIGURA 22: MAPA DE ZONEAMENTO DE ITAPETININGA



Fonte: disponível em <http://portal.itapetininga.sp.gov.br/servico/1225/plano-diretor> (Acesso em 15/07/2016).

da, os condomínios fechados, sejam eles de classe média ou classe alta, estão abaixo da linha férrea.

FIGURA 23: MAPA DE CONDOMÍNIOS X HABIT. DE INT. SOCIAL
 FONTE: ELABORADO PELA AUTORA 2016.



Fazendo referência a Lefebvre (1968), vê-se que o estudo de caso aqui presente, configura-se tanto no formato de segregação programada – quando camadas mais pobres são alocadas áreas distantes e com infraestrutura precária – quanto da segregação voluntária (autossegregação), onde aqueles que possuem maior renda buscam áreas com melhor infraestrutura e se auto segregam criando seus “sítios sociais muito particulares” (VILLAÇA, 2000, p. 141).

Desta maneira, tal configuração espacial caracteriza então o processo da segregação definido por Villaça (2000) – em que o que é tido como “inferior” é repellido do convívio – e criticada por Lefebvre (1968) – sendo o

espaço urbano palco para disputas de poder por meio de mecanismos de dominação pautados na desigualdade.

O município conta com considerável quantidade de serviços e assistência social, sendo eles: 15 redes de entidades sociais conveniadas, 5 unidades públicas de atendimento, 9 programas e projetos municipais e 2 conselhos municipais (Figura 24). Estes têm como objetivo, não somente tratar a população das localidades nas quais estão instalados, mas na maioria dos casos, visam a atender às populações carentes da cidade, dos distritos e também dos municípios vizinhos.

Percebe-se que a distribuição de grande parte destes equipamentos é ordenada de maneira tal que sejam implantados próximos às ruas e avenidas principais da cidade, facilitando o acesso aos mesmos ao estabelecer uma referência de localização, tendo em vista que a busca de pessoas que não residem em Itapetininga é recorrente.

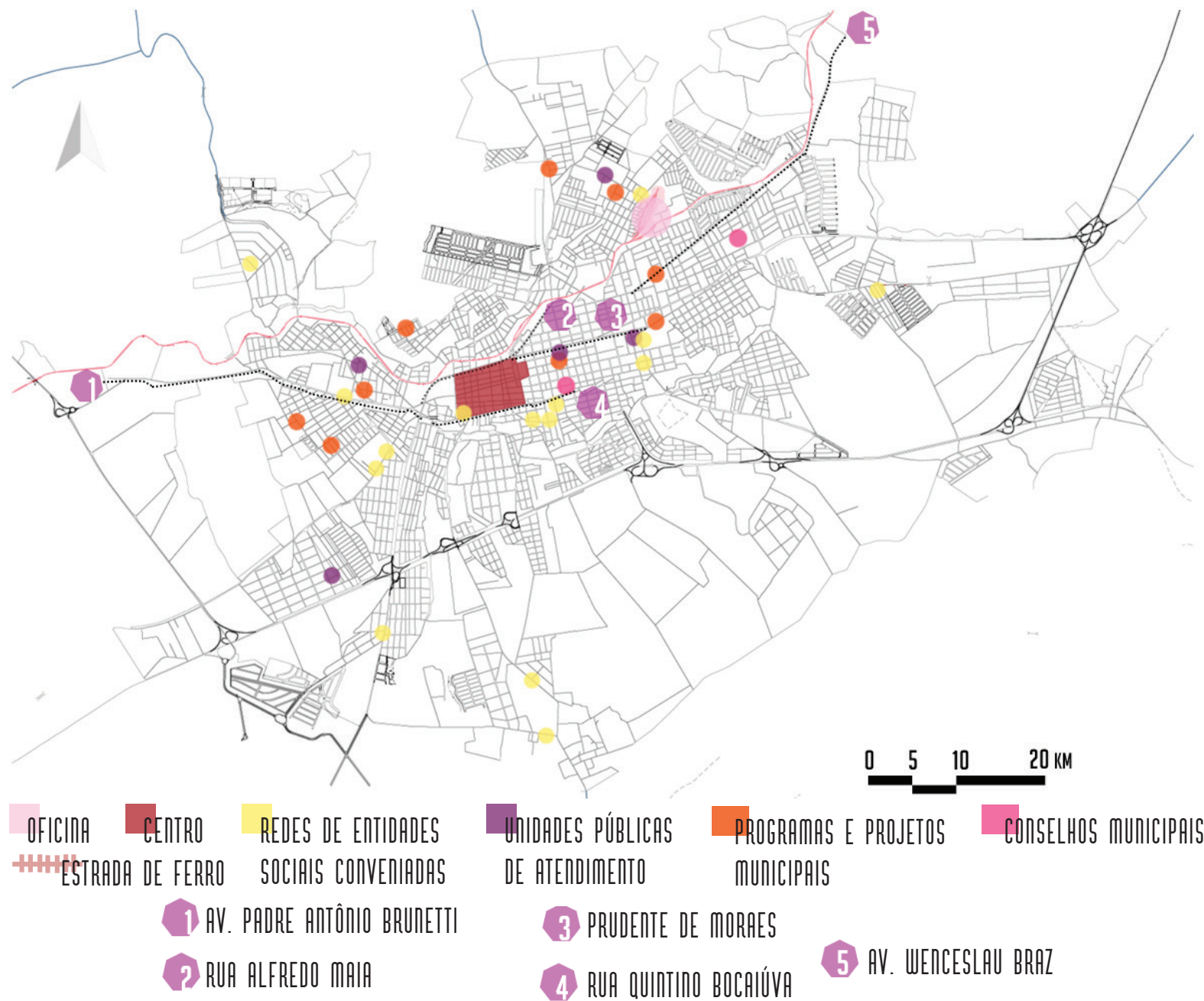
Embora se busque a instalação destes serviços e projetos em locais de fácil acesso, torna-se relevante atentar ao fato da necessidade dos mesmos em serem locados em bairros periféricos da cidade, que apresentem população

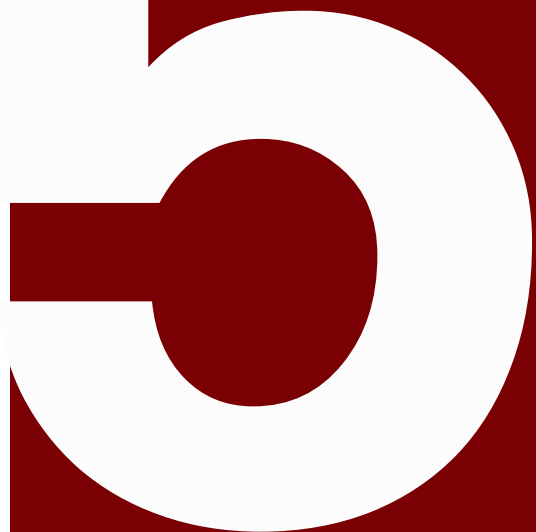
de risco, como é o caso dos bairros de baixa renda acima da linha férrea, áreas de grande demanda.

A segregação, como um mecanismo de dominação e exclusão, sempre impede ou dificulta o acesso dos segregados a algum serviço, benefício, direito ou vantagem, seja público, seja privado. Pode ser o conforto de um serviço de trans-

portes, um bom parque, os serviços públicos ou os shoppings. A segregação espacial urbana atua através da acessibilidade, ou seja, através das facilidades ou dificuldades de locomoção no espaço urbano. (VILLAÇA, 2000, p. 2)

FIGURA 24: MAPA DE SERVIÇOS E ASSISTÊNCIA SOCIAL
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA 2016.





A OFICINA





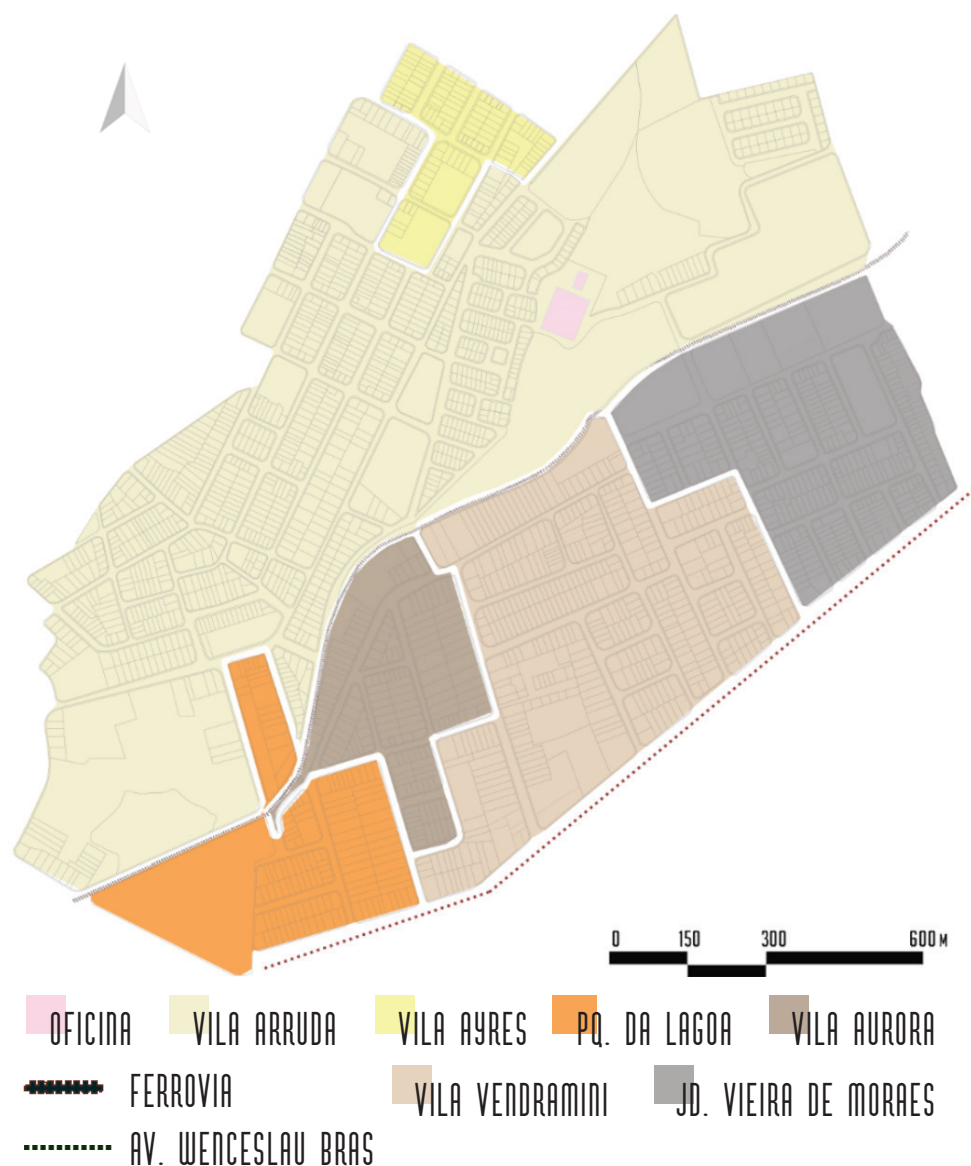
■ O Entorno

O recorte a ser analisado encontra-se na região nordeste da cidade, composto majoritariamente por população de baixa renda, cortado pela ferrovia e tangenciado pela Avenida Wenceslau Braz (Figura 26).

Embora os bairros que se encontram ao sul da linha férrea – Parque da Lagoa, Vila Aurora, Vila Vendramini e Jardim Vieira de Moraes – sejam habitados por moradores, em sua maioria, com um poder econômico ligeiramente superior aqueles da Vila Arruda e Vila Ayres, a infraestrutura até mesmo destes bairros só vem a tornar-se gradativamente melhor à medida em que ocorre a proximidade física com a Avenida Wenceslau Braz. Em contrapartida, o movimento oposto ocorre ao passo que há o distanciamento para com a mesma e, não coincidentemente, é seriamente agravado com a proximidade da ferrovia (Figura 41).

Ressalta-se que ao percorrer a área não é possível distinguir os limites entre a Vila Arruda e a Vila Ayres, mas há contrastes desses bairros com os ao sul da linha. Porém, mesmo que os trilhos fossem retirados continuaria sendo perceptível a diferença entre os dois bairros além linha para com aqueles ao sul da mesma.

FIGURA 26: MAPA DE BAIRROS
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA 2016.



Já a divisão social do espaço urbano traduz-se em numerosas áreas sociais, cada uma caracterizada por uma relativa homogeneidade interna e heterogeneidade entre elas. Atributos como renda, instrução, ocupação, faixa etária, fecundidade, etnicidade, religião, status migratórios e qualidade da habitação definem o conteúdo de cada área. (VASCONCELOS; CORRÊA; PINTAUDI, p.8, 2013)

Nota-se que nos bairros ao sul da linha do trem há um número maior das construções que apresentam acabamento (Figuras 27 e 28) revelando um maior poder aquisitivo da população residente, o contrário ocorre ao norte da linha, onde há a predominância da autoconstrução, muitas vezes fazendo-se uso de materiais não usuais como: restos de madeira, pedaços de metal, placas e etc (Figuras 29, 30, 31, 32 e 33).

FIGURA 27: HABITAÇÃO NO JD. VIEIRA DE MORAES

FONTE: IMAGEM DO GOOGLE E EDITADA PELA AUTORA.



FIGURA 29: CASAS NA VILA ARRUDA
JAN. 2017_ACERVO PESSOAL

FIGURA 28: RESIDÊNCIA NA VILA VENDRAMINI
FONTE: IMAGEM DO GOOGLE E EDITADA PELA AUTORA.



ACIMA.
FIGURA 30: RESIDÊNCIA NA VILA AYRES
FONTE: IMAGEM DO GOOGLE E EDITADA PELA AUTORA.



À DIREITA
FIGURA 31: RESIDÊNCIA NA VILA ARRUDA
FONTE: IMAGEM DO GOOGLE E EDITADA PELA AUTORA.

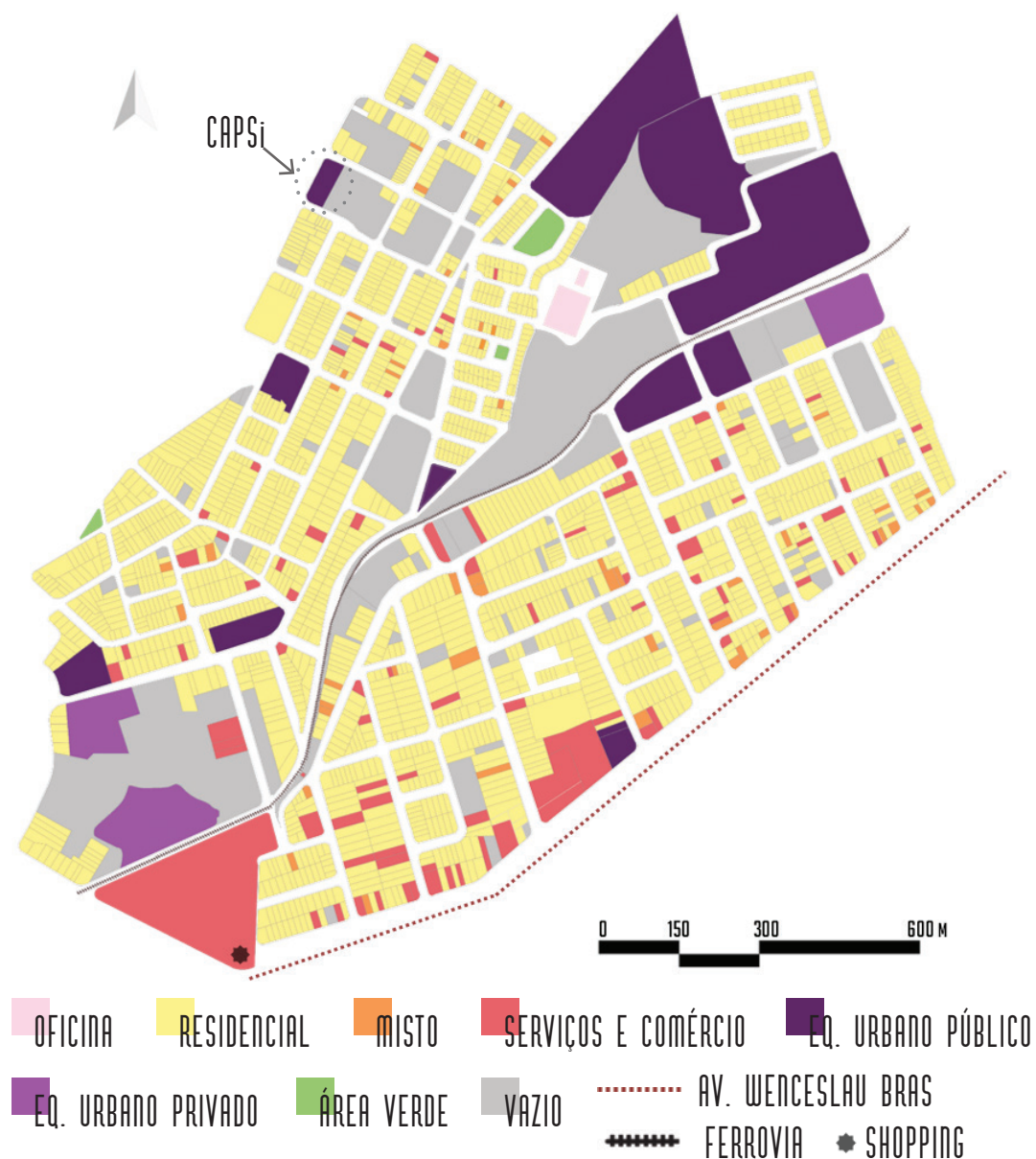


FIGURA 32: RESIDÊNCIA NA VILA ARRUDA II
FONTE: IMAGEM DO GOOGLE E EDITADA PELA AUTORA.



FIGURA 33: RESIDÊNCIA NA VILA AYRES II
FONTE: IMAGEM DO
GOOGLE E EDITADA
PELA AUTORA.

FIGURA 34: MAPA DE USO
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA 2016.



a distribuição de serviços e comércio tende a concentrar-se abaixo da linha férrea e, mais especificamente, aglomerando-se próximo à avenida, atendendo diferentes necessidades que vão desde uma loja pet shop até ao shopping center. Enquanto na Vila Arruda e na Vila Ayres percebe-se que o número de serviços e comércio, apesar de presentes, é reduzido sendo encontrado, principalmente, sob a forma de bares, igrejas e pequenas mercearias.

A segregação espacial insere-se na produção do espaço, consistindo, juntamente com as suas conseqüentes formas; em um dos mais importantes processos do espaço urbano. A distribuição das áreas industriais, das áreas de lazer, dos espaços públicos, dos locais de consumo, das vias de tráfego e dos meios de transporte, das escolas e dos hospitais, da limpeza e da segurança pública está, em diferentes graus, ligada à segregação espacial, exibindo também uma nítida espacialidade diferencial. (VASCONCELOS; CORRÊA; PINTAUDI, p.9, 2013)

De acordo com o zoneamento a testada mínima do lote deveria ser de 7,50 metros. Entretanto, tanto na Vila Arruda quanto na Vila Ayres, nota-se que muitas das habitações apresentam valores inferiores, em torno de 4,50 metros a 6,50 metros.

A partir do mapa de uso (Figura 34) fica claro que

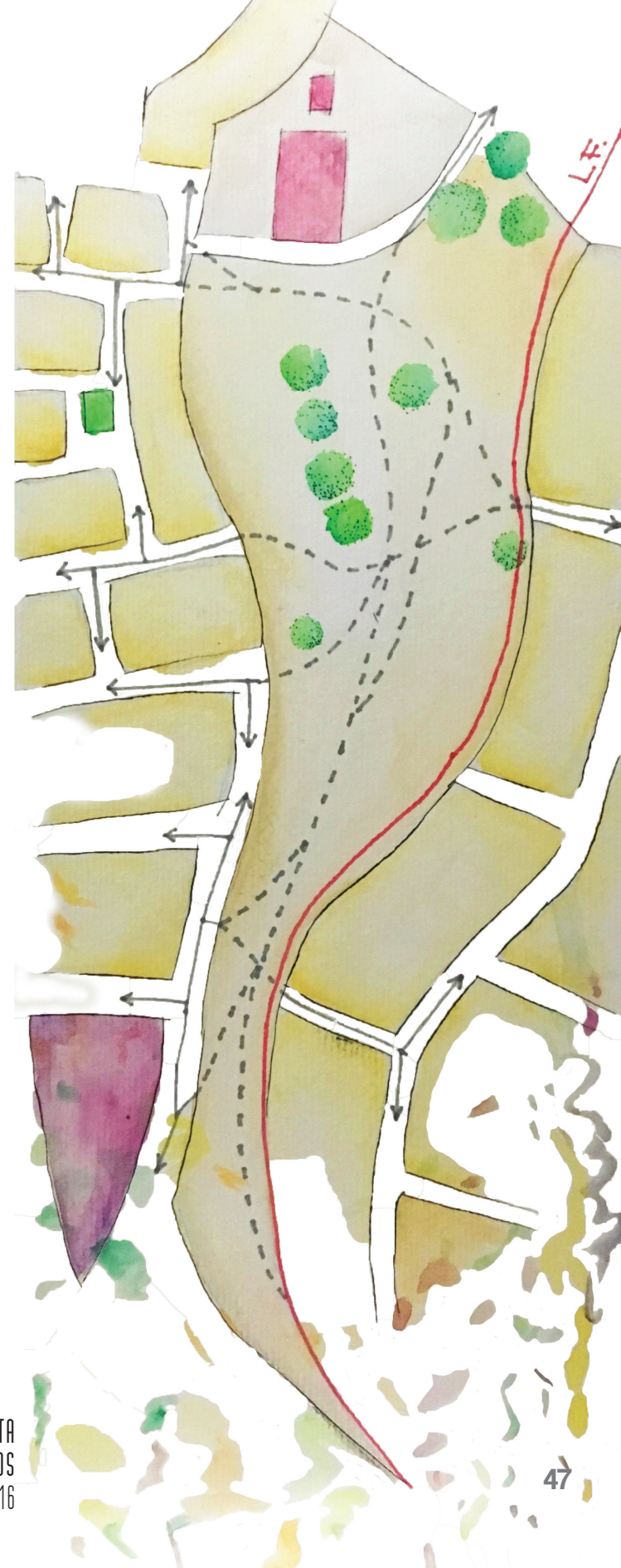
O mapa também evidencia os vazios urbanos da área, sendo o mais significativo deles é o situado acima da linha férrea e em frente à oficina de trens. Tal vazio configura-se dentro da classificação de Dittmar (2006) como sendo um vazio físico e de uso, uma vez que há a ociosidade da oficina de trens

– proveniente de uma atividade industrial passada – e a inutilização do espaço residual, que não cumpre sua função social.

Além deste imenso terrain vague estar relacionado com os diferentes tempos da cidade, dentro do contexto urbano atual, essas áreas são refúgios de identidade, liberdade e memória para os habitantes, segundo Borde (2004). Sendo assim, tais espaços ociosos expõem a defasagem entre eles e o contínuo processo de urbanização ao colocar em cheque as "prioridades de investimentos, identidades construídas e devires sonhados" (Borde, 2004, p.4).

Periféricos ou centrais, os terrenos vazios são também os lugares onde os modos de vida marginais sobrevivem e coisas novas começam. (BORDE, 2004, p.4 apud LYNCH, 1990)

De maneira geral, os moradores do bairro usam o vazio para diminuir o percurso ou evitar determinadas regiões que eles julgam como "perigosas", como é o caso da oficina. Pode-se verificar os caminhos realizados pela população nas Figuras 35, 36, 37, 38 e 39.



À DIREITA
FIGURA 35: CROQUI DOS PERCURSOS
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA. 2016



À ESQ.
FIGURA 36: FAMÍLIAS
JAN. 2017_ACERVO PESSOAL

ABAIXO.
FIGURA 37: MENINO DE BICILETA
JAN. 2017_ACERVO PESSOAL



À DIR.
FIGURA 38: CASAL
JAN. 2017_ACERVO PESSOAL





FIGURA 39: TRABALHADOR
JAN. 2017_ACERVO PESSOAL

Durante o percurso pelos bairros foi possível ter conversas informais com alguns moradores e compreender a dinâmica do local. Em determinada conversa com uma senhora, a mesma questionou o que alguém de fora do bairro estaria fazendo ali, tendo em vista que não é comum "pessoas da cidade" irem para "aqueles lados". Além da fala, o sentimento de exclusão em relação ao restante da cidade e, inevitavelmente, ao poder público também é refletido nas pichações (Figura 40).

Na maior parte das vezes é comum que o sentido de "cidade" seja relacionado ao centro comercial. Entretanto, neste caso em particular, analisando o contexto

tal sentido empregado explicita que tanto para aquela senhora quanto para outros moradores, a segregação urbana está enraizada de tal maneira que as pessoas que residem naquela localidade não se entendem como habitantes da cidade, tendo em vista que o pedaço da malha urbana que ocupam não faria parte da mesma. Sobre esse comportamento Villaça (2003, p.43) pontua que "de um lado, a cidade dos que comandam e participam da sociedade, e de outro a cidade dos comandados, dos marginalizados, dos que estão de fora".

Além disso, esse fenômeno de "cidade x lado de cá" é explicado por Villaça (1986, p.47):

Finalmente a classe dominante produz também uma ideologia que muito facilita seu controle sobre a produção do espaço construído urbano. Ela (e com ela toda a sociedade) faz, por exemplo, com que se chame de "cidade" aquela parte da cidade nas quais tem interesse.



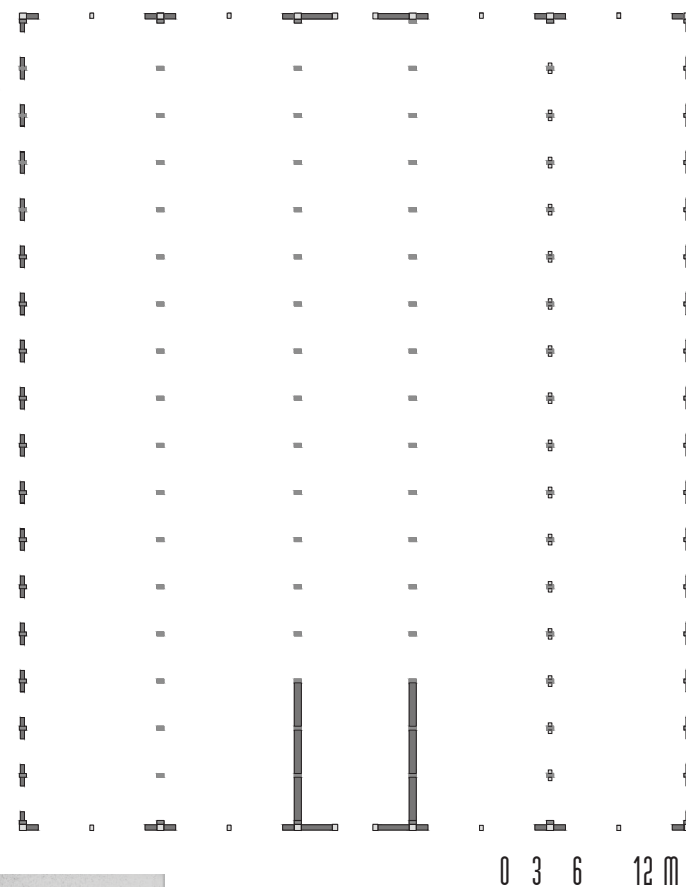
FIGURA 40: PICO NA LATERAL ESQUERDA DA OFICINA. JAN. 2017_ACERVO PESSOAL

FIGURA 41: LINHA FÉR-
REA DIVIDINDO A VILA
AURORA D VILA ARRUDA.
JAN. 2017_ACERVO PESSOAL



A Edificação---

Construída no ano de 1932 (Figura 42), a oficina possui planta retangular (Figura 43), sendo 69,45 metros de comprimento por 57,27 metros de largura, totalizando, portanto, 3977,40 m² de área. O edifício possui duas medidas de pé direito (Figuras 44 e 45), sendo a mais baixa de 10,36m e a mais alta de 12,82m. O interior é composto por pórticos e treliças em concreto (Figura 5, p. 23), fechamento em alvenaria, amplas janelas e abertura zenital (Figuras 46 e 47). Além disso, há um anexo (Figura 48, 49 e 50) que, dadas as condições de conservação e dificuldade na localização das plantas originais, tais medidas são aproximadas em: 16,00 metros de comprimento por 12,32 metros de largura.



ACIMA.

FIGURA 43: PLANTA DA OFICINA
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA. 2016



FIGURA 42: OFICINA, 1932.
FONTE: MUSEU DA IMAGEM E
DO SOM DE ITAPETININGA.

FIGURA 44: ELEVAÇÃO
NORTE-SUL
FONTE: ELABORADO PELA
AUTORA. 2016

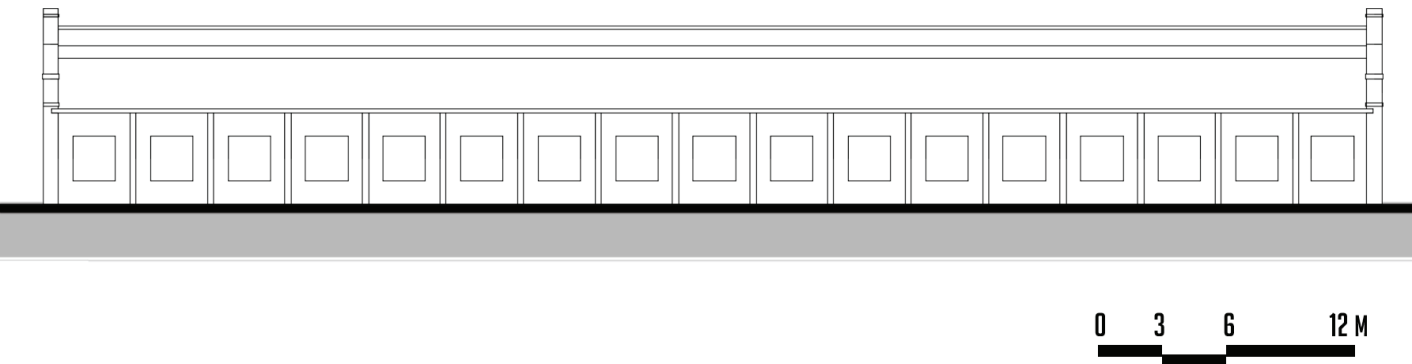


FIGURA 45: ELEVAÇÃO
LESTE-OESTE
FONTE: ELABORADO PELA
AUTORA. 2016



À ESQ.
FIGURA 46: SISTEMA ESTRUTURAL E
ABERTURAS I
OUT.2016_ACERVO PESSOAL



À ESQ.
FIGURA 47: SISTEMA ESTRUTURAL E ABERTURAS II
JAN. 2017_ACERVO PESSOAL

ABAIXO
FIGURA 48: PLANTA DO ANEXO
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA. 2016



À ESQ.
FIGURA 49: RUÍNAS, ELEVÇÃO OESTE
OUT.2016_ACERVO PESSOAL



FIGURA 50: RUÍNAS,
ELEVACÃO LESTE
FEV. 2016_ACERVO
PESSOAL



FIGURA 51:
RUÍNAS, ELEVACÃO
SUL
OUT. 2016_ACERVO
PESSOAL

Desde a implantação, sua presença não só trouxe a oferta de empregos e estudos para a região (Figura 52) como também teve impacto sobre o desenho urbano da área ao promover a ocupação da mesma, tendo em vista que os bairros em construção passaram a ser habitados por trabalhadores ligados às atividades da ferrovia. Deste modo, nota-se que a oficina pode ser tomada como referência cultural desta população pelo seu significado ao ser mais do que um registro de época (TAMASO, 2002).

Após o encerramento de suas atividades na década de 1980, – nove anos após a paralisação de transporte de passageiros por parte da Estrada de Ferro Sorocabana –, a edificação foi submetida ao abandono (Figura 49), tanto por parte da companhia ferroviária e empresa América Latina Logística (ALL), a responsável por administrar a linha na região, quanto da prefeitura.

Tal descaso frente ao patrimônio industrial pode ser explicado a partir da colocação de Kühl (2008) ao pontuar que, enquanto a discussão acerca do bem industrial já havia sido fundamenta na Inglaterra décadas antes, justamente pelo seu pioneirismo industrial, somente a partir da década de 1970 outros países começaram a desenvolver interesse pela questão que envolve estes monumentos. Portanto, o período que corresponde ao fechamento da oficina e respectivo abandono compreende o contexto em que o debate acerca da preservação e técnicas de restauro de monumentos dessa natureza ainda era incipiente.

Leva-se em consideração a observação de Carlsalade (2011) ao pontuar que, apesar das vastas con-



FIGURA 52: ESTUDANTES DO C.F.T., 1959.
FONTE: MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DE ITAPETININGA.

tribuições de Viollet Le-Duc, Ruskin e Cesare Brandi para o campo do restauro, suas respectivas recomendações técnicas para aplicação da conservação dos bens não abrangem boa parcela do patrimônio contemporâneo, tendo em vista que dois princípios fundamentais são a cultura e a memória que, anterior ao século XIX, ainda não haviam sido explorados. As premissas brandianas, em particular, que são indiscriminadamente aplicadas foram, na verdade, especificadas apenas às obras de arte, o que acaba por excluir boa parte do patrimônio contemporâneo, especialmente aqueles de natureza industrial.

Além disso, apesar da Carta de Veneza (1964) já ter esclarecido a noção de monumento histórico, somente com a Carta de Nizhny Tagil (2003) houve

um consenso sobre a definição de monumento industrial e diretrizes para restauração e preservação.

A partir da disponibilização online dos requerimentos apresentados na Câmara Municipal, entre os anos de 2003 e 2014, estabelece-se uma linha cronológica referente não somente à situação legal do prédio e propostas de uso para a mesma, como também se apreende a relação do edifício com os moradores dos bairros adjacentes.

Em agosto de 2003, durante a gestão de Ricardo Barabará (PSDB), foi apresentado na Câmara Municipal o requerimento n.º 435/03, que consistia no pedido de cessão da oficina, para fins de locação para micro e pequenas empresas e desenvolvimento de atividades culturais voltadas para a população. Após o presidente da Câmara dar continuidade ao pedido, a resposta obtida por parte do Escritório Regional de São Paulo (ERSAP) foi a de que a América Latina Logística (ALL), de fato, não era a proprietária do imóvel, atuando somente como gestora durante o processo de concessão da ferrovia. Além disso, a Rede Ferroviária Federal, empresa da União e proprietária do imóvel, estaria passando por um processo de liquidação não podendo, portanto, abrir negociações referentes aos imóveis.

Durante a gestão de Roberto Ramalho (PMDB), no ano de 2005, foram apresentados dois requerimentos. O primeiro registrado em abril, sob o n.º 205/05, solicitava a limpeza do terreno por parte da ALL em frente à oficina e observava a preocupação dos moradores quanto à segurança, uma vez que, o abandono do prédio gerou apropriação do mesmo

por parte de grupos tidos como marginais, causando medo na população residente dos bairros em transitar nas proximidades do local. No segundo requerimento de n.º 634/05, tornam a serem apresentados os problemas decorrentes do abandono do prédio, reforçando a insegurança dos moradores e indicando que os acessos da elevação sul já teriam sido fechados com cercas e alambrado (Figura 53).



FIGURA 53: ACESSOS SUL
FEV. 2016_ACERVO PESSOAL

Ainda na mesma gestão, no ano seguinte, um novo requerimento, n.º 637/06, apontava que, perante a resposta positiva de possibilidade na firmação de um convênio entre a Prefeitura Municipal e a ALL, se perguntava sobre as chances de recuperação da área, por meio da implantação de um projeto social, e se caberia um projeto de lazer voltado para a população jovem. O retorno obtido das questões foi o de

que a concessionária, ALL, ainda não havia se manifestado até então para estabelecer parceria com o município para a recuperação da área e da oficina.

Nos dois requerimentos, n.º 096/08 e n.º 378/08, ambos de 2008 nota-se os desdobramentos legais referentes à oficina. O primeiro, n.º 096/08 apresentado em fevereiro, solicita informações sobre a possibilidade de recuperação da área, cuja resposta foi de que a Prefeitura Municipal já havia entrado em contato com o Governo Federal e ALL sobre essa questão e aguardava maiores informações dos órgãos. Já o segundo requerimento, maio do mesmo ano, informa a vontade da população em usar a área ociosa como campo de futebol voltada para o lazer da população, especialmente os jovens que não dispõem de áreas seguras para atividades. Em resposta, a prefeitura afirma que somente a RFFSA (Rede Ferroviária Federal S/A) e a ALL poderiam conceder a área.

Já em 2009, sob a mesma gestão, o requerimento n.º 527/09, pede para que seja analisada a possibilidade de transferência da posse, cessão em comodato ou doação da antiga oficina para a prefeitura, tendo em vista o constante abandono e degradação do prédio. À essa altura a RFFSA já havia sido extinta e, portanto, seus imóveis haviam sido transferidos ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, cabendo a este último órgão o inventário do imóvel tido como operacional.

A fim de conceder a gestão da oficina por 60 anos para a prefeitura, a ALL realizou uma reforma no prédio em 2010. Entretanto, os moradores do bairro expres-

saram preocupação quanto às obras, como consta o requerimento n.º 150/10, temendo que a antiga oficina fosse descaracterizada. Mais tarde, em maio daquele ano, sob o requerimento n.º 218/10, foi exparesso o pedido de análise da possibilidade de se instalar no prédio um museu de paleontologia, sabendo que são encontrados fósseis na região de Itapetininga desde 1885, sendo o primeiro descoberto de um pesquisador norte americano. Referente a este, a Secretaria de Patrimônio e a Secretaria de Obras e Serviços informaram que já havia um projeto de destinação para a oficina incorporando outros serviços públicos em estudo e que a Secretaria da Cultura analisaria a proposta.

Por fim, em 2014, durante a gestão de Luis Antonio Di Fiori (PSDB), três requerimentos foram registrados. O primeiro deles, n.º 003/14, propunha que o prédio abrigasse uma unidade SENAI, uma vez que, a cidade não disponibilizava deste equipamento. O segundo, n.º 058/14, pedia medidas e maiores explicações para a situação da oficina, tendo em vista que, foram feitas inúmeras propostas anteriores, não sendo nenhuma delas atendida. Além disso, se pede a destinação de um uso já que as redes de iluminação e água da oficina já haviam sido religadas. O documento apresentado também questiona a abertura precária de uma rua em frente a edificação e a possibilidade de fechamento da mesma. E, por fim, chama a atenção para o intenso tráfico de drogas e aumento da violência na área desencadeados pela ausência de ações públicas para a população. Por último, o requerimento de n.º 172/14, solicitava implantação de ilumina-

ção pública em frente à oficina. Tal solicitação não foi atendida, como muitas outras anteriores a esta.

Conclui-se então, que os problemas decorrentes da ausência de uso destinado à oficina – iluminação, segurança, insalubridade, preservação do edifício, entre outros – vêm se arrastando há, no mínimo, 13 anos considerando-se que requerimentos de anos anteriores não foram disponibilizados.

Quanto à reforma realizada pela ALL, tendo sido concluída em 2010, a mesma consistiu na pintura de todo o edifício, novas instalações elétricas e hidráulicas e uma nova cobertura para a nave central, já que a antiga havia desabado. Entretanto, sem a destinação de um uso, a prefeitura decidiu por cercá-la na tentativa de conservar a reforma e evitar apropriação por parte de moradores de rua, prostitutas e dependentes químicos. A ausência de uso atrelada à essa medida não impediu que grupos marginalizados a usassem (Figuras 54, 55, 56, 57, 59 e 60) e, na verdade, só apronfundou os problemas sociais existentes, aumentando a tensão entre os moradores do bairro, usuários da oficina e o poder público, além de não garantir a conservação.

Sobre decisões dessa natureza Carsalde (2011) ressalta que tratar o bem arquitetônico como um objeto a ser colocado numa redoma a fim de preservá-lo através da reclusão, tal qual se faz na conservação de documentos de papel, acabaria por remover toda a sua função social e cultural.

(...) podemos dizer que a Arquitetura é uma arte que se faz em função do uso e é feita para servir

e materializar as sociedades e, portanto, sua sobrevivência no tempo depende da sua capacidade de manter essa propriedade. Tanto o edifício quanto a cidade e a paisagem estão em constante transformação, diferentemente de um quadro ou uma escultura. (CARSALADE, p.3, 2011)

Nota-se que o apelo por políticas públicas – como projetos sociais, por exemplo – aliadas a um uso do patrimônio estão registrados em praticamente todos os requerimentos analisados.

(...) a ampliação dos patrimônios tende a aumentar as tensões constitutivas, dada a luta empreendida pelos vários grupos sobre quem deve possuir e interpretar o patrimônio. (TAMASO, p. 34, 2002)

FIGURA 54: ABRI-
GO NA OFICINA
FEV. 2016_ACEVO
PESSOAL



FIGURA 55: CRIANÇAS
BRINCANDO I
FEV. 2016_ACERVO
PESSOAL



FIGURA 56: CRIANÇAS
BRINCANDO II
FEV. 2016_ACERVO
PESSOAL



NA PÁG. SEGUINTE
FIGURA 57: CASA E
TRABALHO
JAN. 2017_ACERVO
PESSOAL



FIGURA 58: VARAL E
SUCATA
FEV. 2016_ACERVO
PESSOAL



FIGURA 59: CARRO-
CEIROS
FEV. 2016_ACERVO
PESSOAL



NA PÁG. SEGUINTE
FIGURA 60: CASA E
TRABALHO II
OUT. 2016_ACERVO
PESSOAL



Já no segundo semestre de 2016, sob a gestão do vice-prefeito Hiram Júnior (DEM), numa medida arbitrária, os usuários da oficina foram despejados, atribuiu-se à mesma o uso de depósito de resíduos sólidos (Figuras 61, e 62) e suas aberturas laterais junto a um dos acessos sul foram fechados com alvenaria (Figura 63).

Estando a edificação situada numa Z1 – onde apenas usos residenciais, comerciais, serviços, industriais de pequeno porte, turismo, lazer e especiais são permitidos – ao usar o local como depósito de resíduos sólidos o poder municipal desobedece a lei de zoneamento. O uso também não é compatível com o plano diretor, uma vez que o mesmo afirma:

Art. 7º. O patrimônio histórico-cultural e as áreas de significado ambiental-ecológico serão protegidos com a adoção de procedimentos de fiscalização, manutenção e qualificação, de modo a que os cidadãos possam deles usufruir sem prejuízo para a coletividade.
Art. 8º. São objetivos gerais deste Plano Diretor:

X- Preservar e qualificar o patrimônio histórico-cultural, arquitetônico, ambiental-ecológico;

E, por fim:

Art. 25º. A Política Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Arqueológico e Cultural do Município de Itapetininga deverá ter como diretrizes básicas:

III – identificar bens de importância histórica, arquitetônica, arqueológica e cultural a serem tombados;



FIGURA 61: RESÍDUOS I
JAN. 2017_ACERVO PESSOAL

Tais medidas tem gerado grande revolta entre os moradores que, não só possuem laços afetivos com o prédio, como também esperavam há anos que o mesmo fosse convertido em algum uso voltado a atender às suas carências, fosse ela lazer, saúde ou educação.

Conclui-se então que a relação dos habitantes dos

bairros com a oficina não é descontínua e tão pouco pontual – apesar de atenuada dada as limitações para apropriação do mesmo – mas, sobretudo, é existencial (ULPIANO, 2009). Em contrapartida, os demais habitantes da cidade não estabelecem uma relação tão profunda com o edifício, sendo então uma situação de não habitualidade. Fazendo uma analogia ao exemplo citado por Ulpiano (2009) em sua fala no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, realizado em Ouro Preto, os habitantes do bairro têm a oficina como “bem cultural”, ao passo que se preocupam com o estado de conservação da mesma, estabelecendo um laço comunitário ao redor desta, embora não esteja há anos aberta para experimentações efetivas de uso.



FIGURA 62: RESÍDUOS II
OUT. 2016_ACERVO PESSOAL



FIGURA 63: PAREDES I
OUT. 2016_ACERVO PESSOAL





6

O PROJETO

■ Premissas

Tomando como base os levantamentos, análises e informações obtidas, principalmente sobre o atual uso destinado à oficina, é substancial que seja conferido à mesma um uso adequado que, além de respeitar as leis de zoneamento e o plano diretor do município, e atender às demandas dos bairros adjacentes também garanta a preservação da edificação, entendida como patrimônio histórico e arquitetônico da cidade de Itapetininga.

(...) que direito temos de apagar os traços de gerações passadas e privar as gerações futuras da possibilidade de conhecimento de que esses bens são portadores –, voltando-se às variadas formas de expressão do fazer humano. (KÜHL, p. 30, 2008)

Dessa forma, volta-se a atenção a um dos programas e projetos sociais implantados na Vila Arruda, indicado no mapa de uso (Figura 34, p. 46), sendo ele o atual CAPS i (Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil), já discutido anteriormente no capítulo teórico.

O atual CAPSi está localizado na franja urbana, mas na própria Vila Arruda. O projeto de saúde está alocado numa casa alugada pela prefeitura, apresentando 900 crianças inscritas, sendo mais de 300 em atividade.

Ao visitar o local, foi observado que as instalações são inadequadas para o tipo e importância do trabalho realizado pela equipe, tanto em termos de espaço, infraestrutura, quanto acessibilidade. Tais apontamentos foram confirmados ao conversar com a principal psicóloga responsá-

vel juntamente a uma das terapeutas ocupacionais.

Primeiramente elas explicaram que até um ano atrás, ali tratava-se da Casa do Adolescente, abrangendo três secretarias, onde eram oferecidas oficinas e atendimentos emergenciais como serviço ginecológico e ambulatório. Entretanto, a prefeitura do município substituiu este programa pelo CAPS i que visa atender crianças e jovens de 0 a 18 anos, tanto dos bairros adjacentes, como também de todo o município e, em muitos casos, de distritos e municípios menores próximos.

A equipe que compõe o atual projeto é bastante diversificada, apresentando cinco psicólogos, dois terapeutas ocupacionais, um assistente social, um estagiário de assistência social, um estagiário de administração, um enfermeiro, dois auxiliares de enfermagem e dois médicos. É importante destacar que a demanda é bastante grande, havendo a necessidade de ampliação de atendimentos, pois atendem crianças da Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE), Unidades Básicas de Saúde (UBS), Programa Saúde da Família (PSF) escolas municipais e estaduais, sendo estas duas últimas o maior contingente.

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) deverão assumir seu papel estratégico na articulação e no tecimento dessas redes, tanto cumprindo suas funções na assistência direta e na regulação da rede de serviços de saúde, trabalhando em conjunto com as equipes de Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde, quanto na promoção da vida comunitária e da autonomia dos usuários, articulando os recursos existentes em outras redes: sócio sanitárias, jurídicas, cooperativas de trabalho, escolas,

empresas etc. (Portal do Ministério da Saúde)

Apesar dos profissionais se mostrarem comprometidos com o trabalho que desempenham, atentam para a falta de infraestrutura adequada para o melhor desenvolvimento das atividades. O local atual não dispõe, por exemplo, de uma sala de reuniões em que a equipe possa discutir os casos que chegam até eles e, tampouco, possui espaços devidamente equipados, por exemplo uma cozinha, que permitam a oferta de diferentes oficinas para as crianças e jovens que passam grande parte do dia no local.

A própria localização foi uma queixa levantada por ambas, sendo que, por encontrar-se no limite da Vila Arruda, cuja distância em relação ao centro já é considerável, se torna ainda mais difícil a mobilidade com os jovens para outros espaços da cidade, visto que, um dos objetivos principais do projeto é a ressocialização por meio do contato. Para além disso, há ainda a dificuldade de muitas famílias que buscam ajuda em encontrar o lugar, chegar até o mesmo e frequentá-lo diariamente.

Ao longo da conversa com profissionais que atualmente atendem no CAPSi, eles ponderam que se houvesse uma infraestrutura adequada, com o número necessário de profissionais e, sobretudo, numa localização de mais fácil acesso, as crianças e jovens atendidos seriam os maiores beneficiários, visto que promoveria uma melhor integração com a cidade e melhores condições de trabalho para toda a equipe.

Sendo assim, o presente trabalho propõe-se a instalar o programa social na antiga oficina de trens apre-

sentando como principais diretrizes a restauração e preservação do patrimônio industrial, promovendo um uso dentro dos parâmetros legais estabelecidos, sendo este também condizente com as necessidades do bairro e, por fim, proporcionando espaços adequados e de fácil localização para a realização plena do projeto social que, por sua vez, se volta para a ressocialização de jovens de baixa renda com sofrimento mental.

Tomar a oficina como patrimônio e atribuir a ela uso é antes de qualquer coisa um embate entre grupos sociais distintos que atribuirão valores e significados subjetivos a partir de suas experimentações tidas na cidade e, não coincidentemente, tal luta envolve relações de poder ao dar legitimidade a uma história e memória que, neste caso em especial, é a versão contada de uma população segregada.

Ao mudar a cultura, transformam-se os valores e transformam-se, também, é claro, as atitudes quanto ao patrimônio. Assim, parece que o que se preserva, na realidade, é a identidade de transformação, ou seja, a preservação não está na capacidade do bem de permanecer como está, mas na sua capacidade de mudar junto com as mudanças sócio-culturais. (CASALADE, p.5, 2011)

Quanto ao processo de restauração, ressalta-se que o mesmo não consiste – e tão pouco buscará tornar-se – numa tentativa de voltar a obra ao estado original, de tempo anterior ou que corresponda ao estilo arquitetônico do período no qual ela foi concebida (KÜHL, 2008), pois é fundamental que o bem patrimonial seja entendido como ele é entre-

que hoje dentro de seu contexto sociocultural, ao invés de como se comportava na época em que foi projetado. Ir na corrente contrária a isso é, como coloca Carsalade (2011, p. 4), “levar a obra embalsamento e a mumificação”.

A partir do que foi levantado no diálogo com a psicóloga do projeto CAPSi, foi possível ter noção da composição do programa de necessidades, que deve apresentar: uma cozinha, um refeitório, uma horta, uma sala de reunião para a equipe, salas específicas tanto para atendimentos individuais quanto familiares, biblioteca, brinquedoteca e espaço de recepção para os pais.

Embora o foco do projeto seja o patrimônio, um estudo do vazio urbano foi realizado para entender como o projeto da oficina poderia se relacionar com o mesmo (Figura 64). Em roxo foram marcados os equipamentos urbano públicos presente no bairro, enquanto que em laranja está o shopping da cidade em verde as áreas verdes. Nota-se que a partir de Avenida Wenceslau Bras (tracejado) tem-se os percursos (amarelo) que conectam os dois lados da linha férrea.

Ainda em amarelo há os percursos realizados pelos moradores dentro do vazio, como já foi observado, e os pontos em laranja, situados dentro do vazio, são aqueles que correspondem ao nó desses caminhos. Sendo assim, à princípio, proporia-se espaços de permanência nestes pontos (Figura 65 e 66), concentrando áreas de atividades nos espaços entre os caminhos.

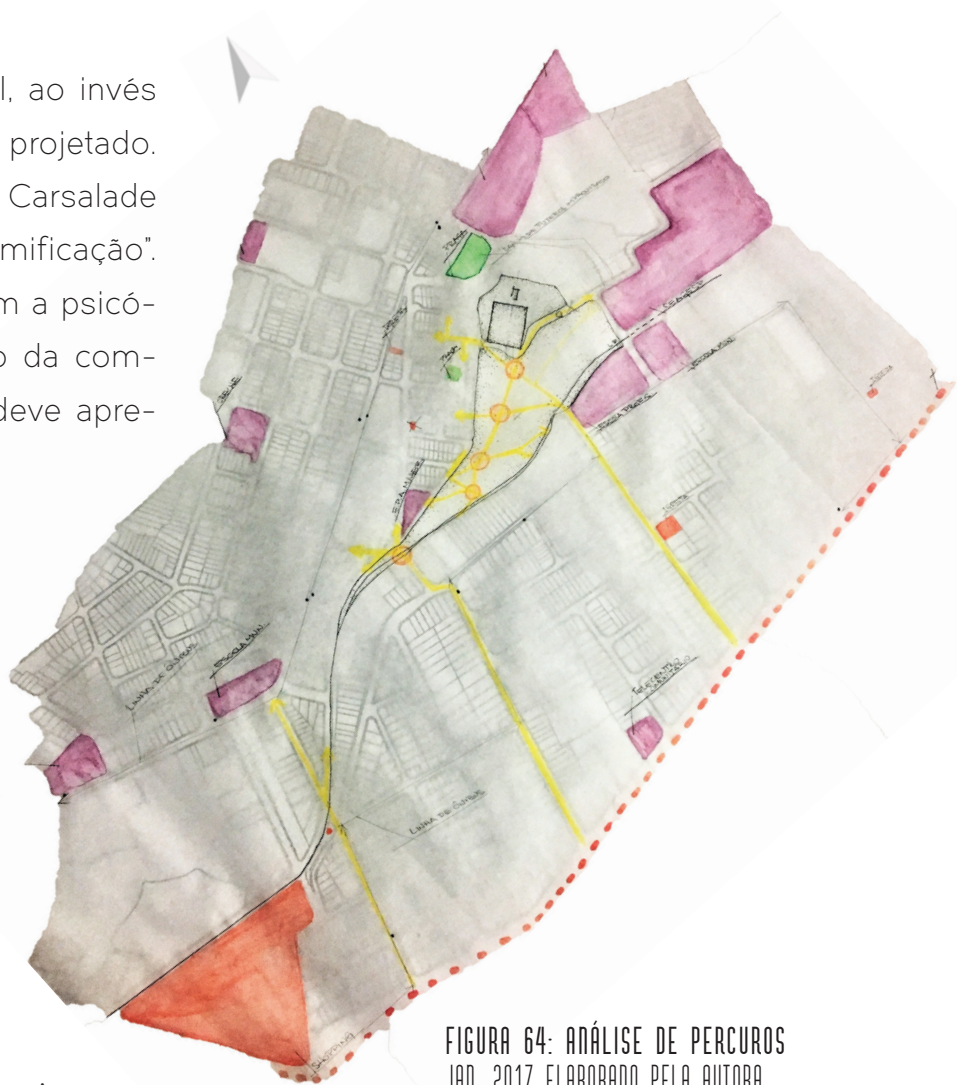


FIGURA 64: ANÁLISE DE PERCURSOS
JAN. 2017_ELABORADO PELA AUTORA



FIGURA 65: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO I
JAN. 2017_ELABORADO PELA AUTORA



FIGURA 66: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO II
JAN. 2017_ELABORADO PELA AUTORA

Além disso, sabendo que a rua em frente à oficina não é pavimentada ou possui iluminação pública, apresentando inexpressivo tráfego de veículos e, portanto, aprofundando os problemas no local, propõe-se que a mesma seja fechada para veículos automotivos, sendo usada apenas por pedestres e ciclistas. Porém, para que ainda se garanta mobilidade de veículos para os dois lados da linha, sugere-se que, dado o acesso existente das moradias e o enorme lote vazio (Figura 67), o Poder Público intervenha na propriedade privada do lote ocioso (Figura 68).

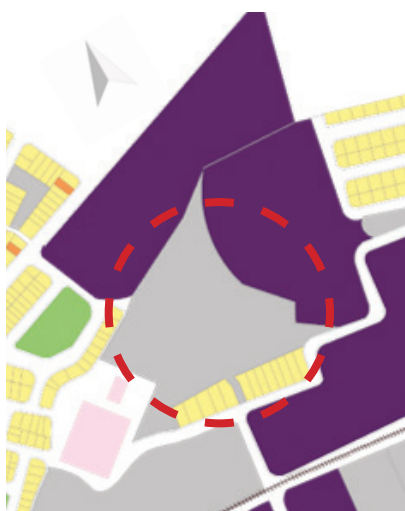


FIGURA 67: RECORTE
JAN. 2017_ELABORADO PELA AUTORA

FIGURA 68: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO III
JAN. 2017_ELABORADO PELA AUTORA



Tal ação seria justificada pelo fato do lote não estar cumprindo sua função social, como estabelece o art. 5/

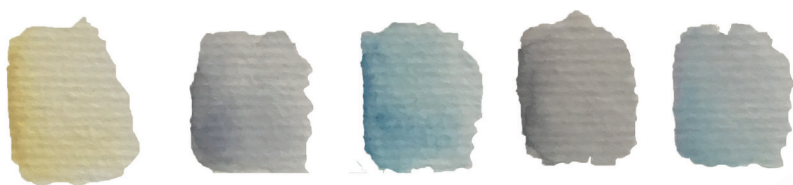
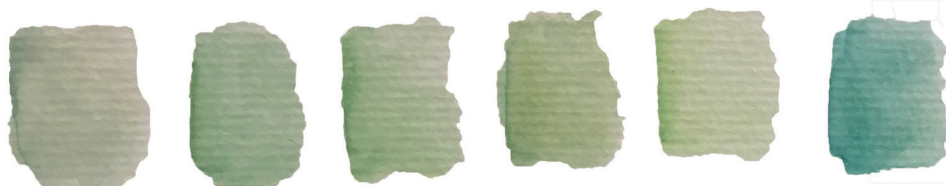
XXIII, Constituição Federal/88, "propriedade privada atenderá sua função social". Este seria um caso de desapropriação extraordinária que, como colocado no art. 182 parágrafo 4/III, é justificado para fins de urbanização e reurbanização, reincindindo sobre a propriedade urbana não edificada, subutilizada ou não utilizada, cujo proprietário não promoveu o seu adequado aproveitamento ou após 5 anos de IPTU progressivo.

■ O Desenvolvimento

Após as reflexões feitas em relação ao vazio e como a oficina se relacionava com o mesmo, uma lacuna ficou em aberto, pois faltava compreender questões mais sensíveis, porém igualmente importantes, acerca do espaço como a materialidade presente, texturas, cores, a maneira que a luz se comportava dentro do edifício, percursos que variaram ao longo do tempo e outros. Sendo assim, o primeiro passo foi fazer uma análise das cores presentes no local (Figura 69).



FIGURA 69: ESTUDO DE CORES
JAN. 2016_ELABORADO PELA AUTORA



tando assim croquis de estudo que permitem ver essa passagem do tempo dentro da edificação.

A Figura 70 corresponde ao deslocamento dos trens no interior da oficina até a década de 1980, época em que a oficina foi desativada. Observando o estudo, é possível notar que o trajeto é linear, utilizando oito dos nove acessos e o centro do prédio, nesse caso, não é ocupado.

A partir desse exercício notou-se que no interior do prédio as cores predominantes são as terrosas, puxando para os tons com fundos vermelhos e alaranjados, seguidas pelos verdes do mofo e da vegetação que cresce na ruína e, por último, os cinzas do piso de cimento, dos pedaços aparentes dos trilhos e paredes.

Como já citado anteriormente, havia pequenos pedaços de trilhos sobressaindo do piso de cimento, algo que até então havia passado despercebido. Após esta observação, o pensamento projetual passou a ser construído em torno da circulação interna oficina e seus acessos. Tal linha de raciocínio, serve como base para explicar as apropriações e relações estabelecidas ali ao longo do tempo. Portanto, para ter maior clareza da sua dinâmica atual, constatou-se que era necessário revisitar a original, mon-

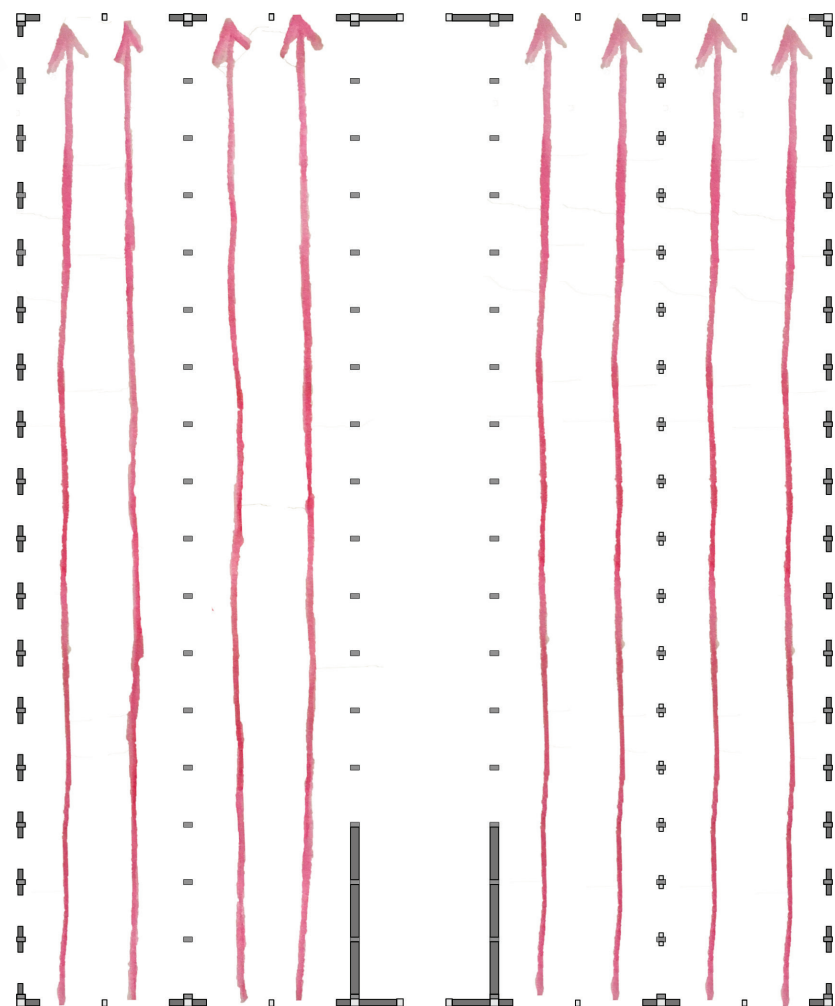


FIGURA 70: TRAJETO DE TRENS
OUT. 2016_ELABORADO PELA AUTORA

A Figura 71 é do mesmo período, mas aqui é analisado os espaços que pessoas ocupavam dentro da oficina. No caso, os espaços eram aqueles entre os pórticos, também seguindo uma certa linearidade, um único acesso e, aqui em questão, o centro do prédio é passível de ocupação, sendo as manchas maiores os espaços de permanência.

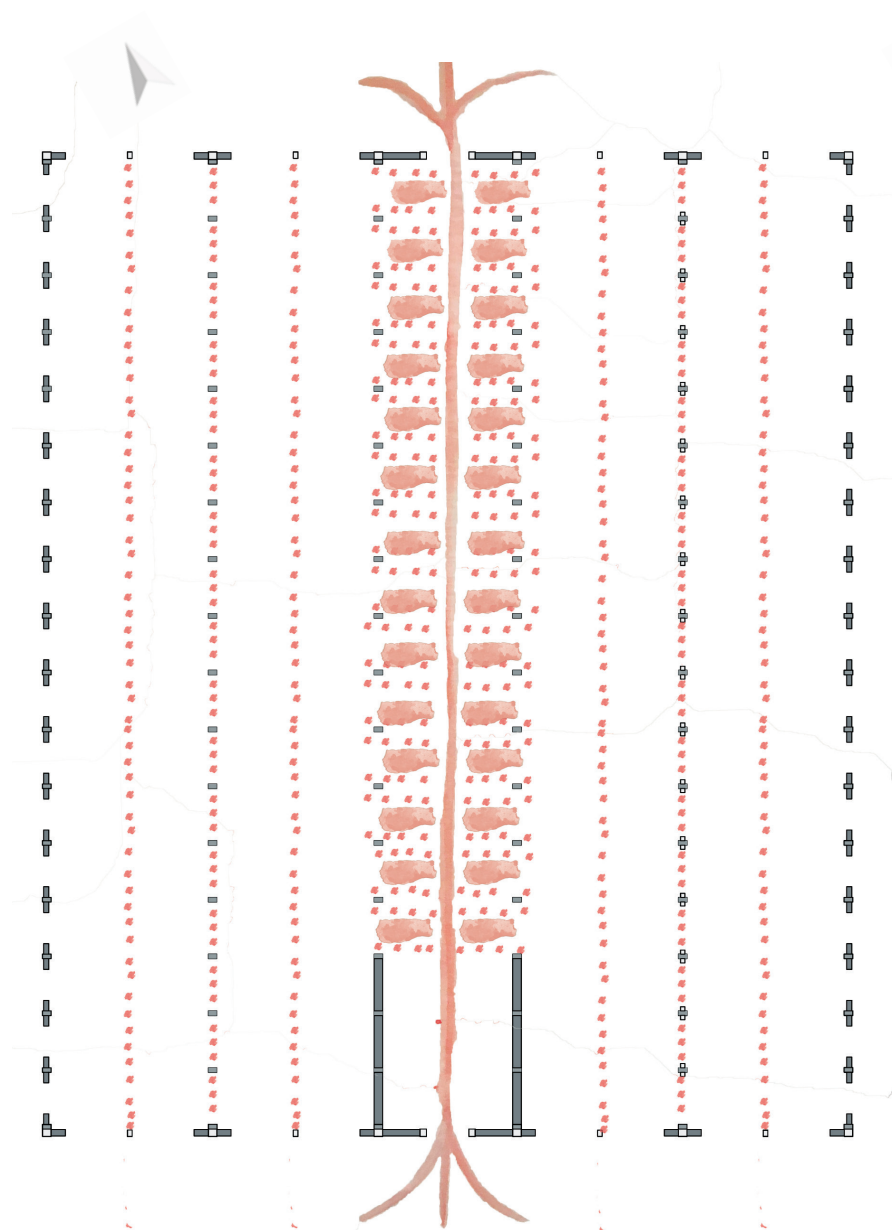


FIGURA 71: TRAJETO DE PESSOAS
OUT. 2016_ELABORADO PELA AUTORA

Já a Figura 72, feita com base nas visitas à oficina realizadas em 2016, percebe-se uma grande diferença na circulação. Os acessos da elevação norte tem mais fluidez e possibilidades, enquanto que os da elevação sul, continuam mais rígidos, devido à presença dos alambrados nesta fachada e o acesso principal, localizado ao centro da elevação, está agora bloqueado.

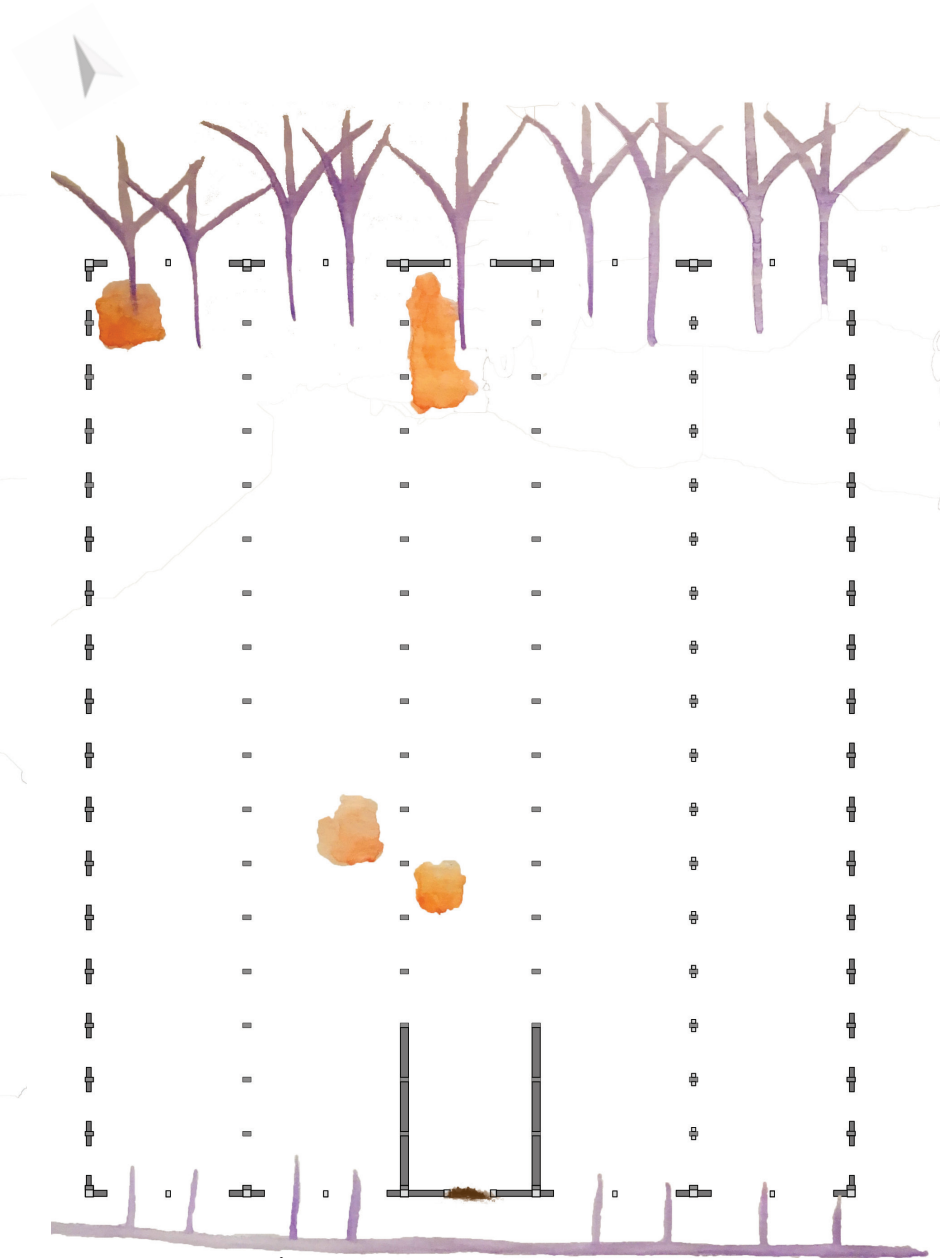


FIGURA 72: CIRCULAÇÃO
OUT.2016_ELABORADO PELA AUTORA

Além disso, constata-se que agora há apropriações, identificadas nas manchas em laranja, sendo duas delas espaços de moradia e dois de sucata e terra. Logo, observa-se que os espaços de permanência também mudaram, não mais se concentrando ao centro do prédio, e a circulação perdeu sua rigidez, embora a própria planta do prédio ainda a favoreça.

Conclui-se então, que uma das principais qualidades espaciais do edifício é proporcionar uma liberdade no caminhar dentro do mesmo, uma vez que, sua planta racional configura vazios. Outra forte característica, etsta levantada a partir das fotos, é a incidência da luz por meio da abertura zenital e amplas aberturas laterais, que, além de proporcionar conforto térmico, é capaz de dar movimento ao prédio criando diferentes atmosferas ao longo do dia (Figuras 72 e 73).



FIGURA 73: LUZ, SOMBRA E TEXTURAS
JAN. 2017_ELABORADO PELA AUTORA

FIGURA 72: RUÍNA AO FUNDO
JAN. 2017_ELABORADO PELA AUTORA

Os primeiros croquis desenrolaram-se pensando na própria circulação e espaços de permanência, como pode ser visto na Figura 74.

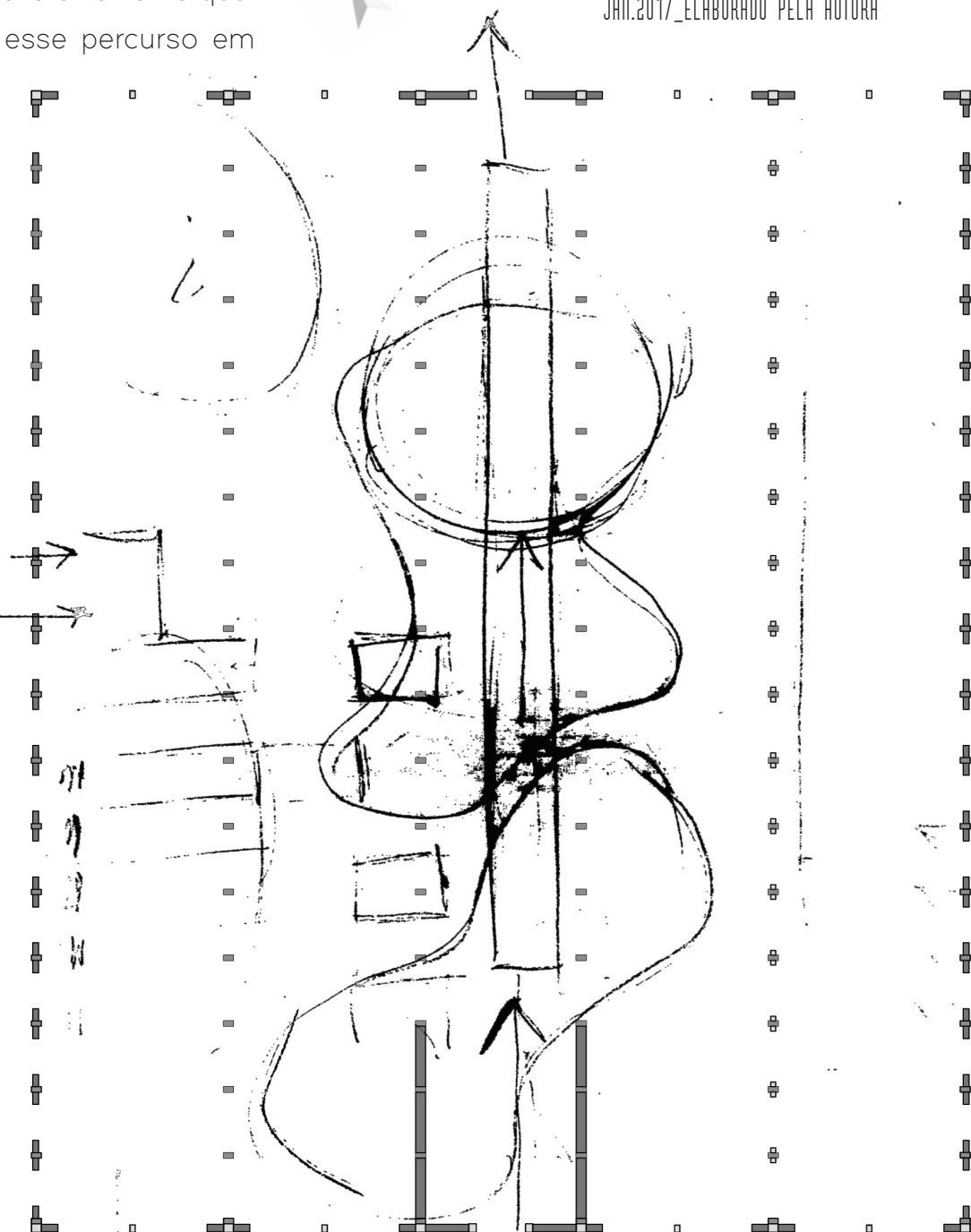
Neste croqui em especial, o pensamento ainda estava dirigido para manter a linearidade na parte central do prédio, uma vez que, tal linearidade ordenava o vazio no qual se inseria. Entretanto, para equilibrar esse percurso em linha reta, característico do edifício, se começa a buscar uma harmonia de formas mais fluídas que garantissem a dinâmica vista no estudo da Figura 72.

Uma questão importante analisada aqui é a hipervalorização das aberturas que, a princípio, foram pensadas como não possuindo nenhum tipo de vedação. Esse impulso surge do intuito de valorizar a luz natural e a ventilação no interior.

Uma das premissas, como já explicado, era integrar o prédio ao exterior. Aqui o pensamento volta-se para a concentração de formas amebóides, estas abrigando jardins, ao centro do prédio. A ideia inicial era a de que o prédio tivesse uma extensão da parte externa, o vazio, mas que voltasse para dentro de si mesmo.

Aqui ainda analisa-se o uso de módulos para as salas de oficina, atendimentos e demais serviços. Tais módulos seriam dispostos entre os pórticos.

FIGURA 74: CROQUI INICIAL
JAN.2017_ELABORADO PELA AUTORA



Neste segundo estudo (Figura 75), as formas orgânicas que ocupavam o centro do prédio agora toam uma dimensão maior, resumindo-se a uma única que abraça o centro. Resgata-se aqui a ideia dos espaços vazios em meio aos cheios, uma convergência dos estudos de circulação anteriormente apresentados aliado às referências projetuais.

Além disso, entende-se a necessidade da criação de tais espaços para que o edifício não se feche dentro de si mesmo, permitindo que haja relação com o vazio.

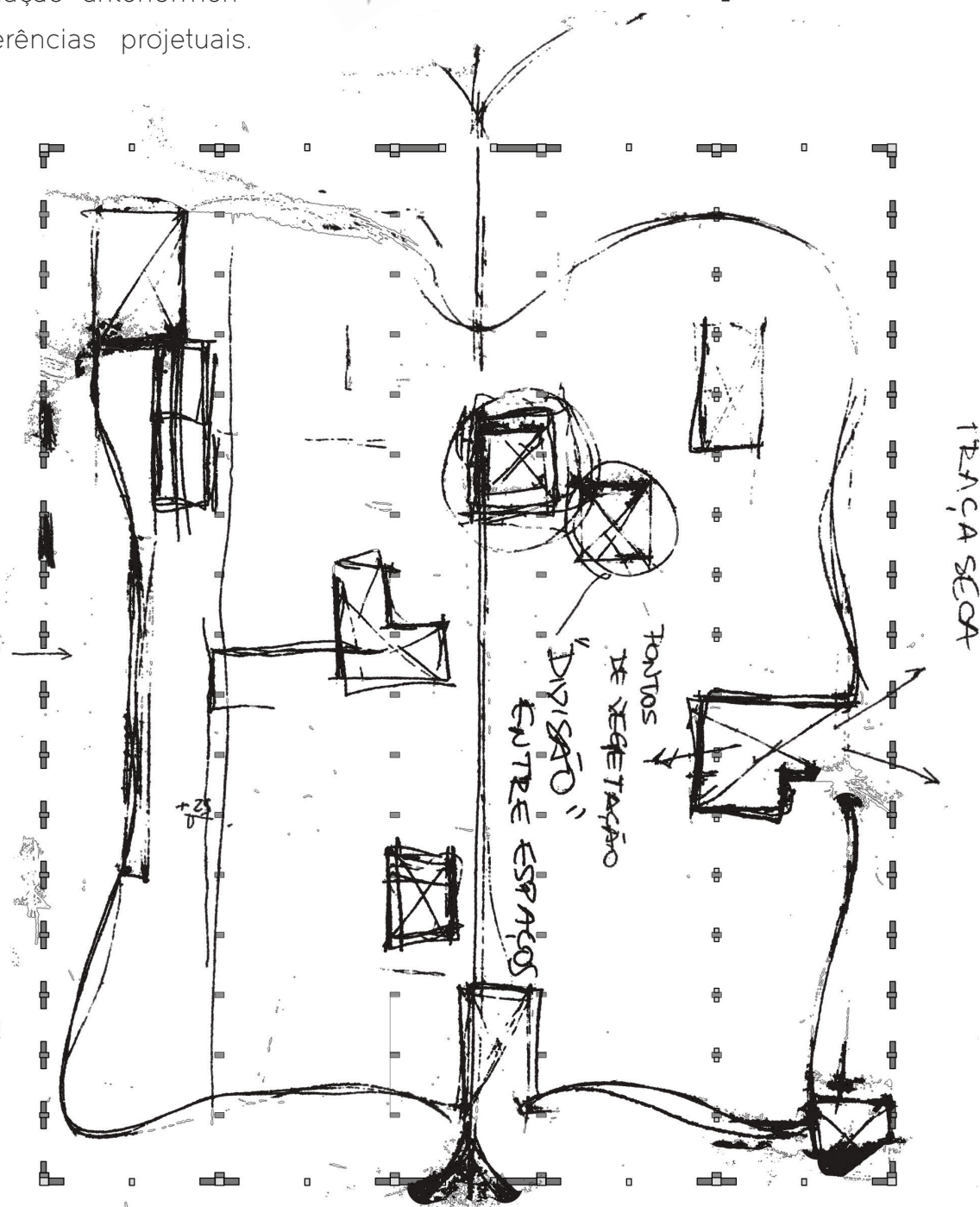
Os espaços fechados necessários começam a tomar distância um dos outros de maneira tímida, mas o movimento é em direção às paredes laterais. Sobre estas, busca-se alternativas para que a vedação valorize a luz incidente e perpetue a diferença de atmosferas criadas pela mesma dentro do espaço.

Quanto ao centro que antes era ocupado, agora torna-se gradativamente vazio visando um cuidado maior com o percurso.

Começa-se a pensar a materialidade das salas e pondera-se a utilização de materiais mais simples e de baixo custo que

se relacionem com o bairro, a oficina e seu contexto.

FIGURA 75: CROQUI II
JAN. 2017_ELABORADO PELA AUTORA



A Figura 76 apresenta o abandono das linhas curvas em prol das retas. Aqui já está estabelecido o uso de módulos para as salas e volta-se atrás de um centro rígido que organize os

espaços à sua volta e faça-os voltarem-se para este.

Há neste pensamento um descuido quanto à circulação que tomou características de um labirinto.

Ao centro, em vermelho, tem-se a biblioteca que funcionaria como escadaria criando níveis dentro da edificação. Em amarelo estariam as salas de oficina

que, dada a flexibilidade, não necessitariam serem completamente fechadas e teriam uma relação com as áreas vazias e vistas proporcionadas. No canto direito, em verde, estariam as salas de atendimento individual e coletivo, estas sendo pensadas o mais próximo possível das aberturas para utilizar melhor a iluminação. Os blocos azuis são as salas dos funcionários, que deveriam ter visão para o que acontece no prédio. E, por fim, em rosa, seriam as áreas molhadas.

Tal composição espacial não conversa com as premissas e torna o ambiente caótico, dificultando o deslocamento dentro do mesmo.

A biblioteca em níveis não desvaloriza o centro do prédio, uma vez que quebra o seu fluxo e, por conta da altura, tira a atenção da estrutura

FIGURA 76: CROQUI III
JAN. 2017_ELABORADO PELA AUTORA

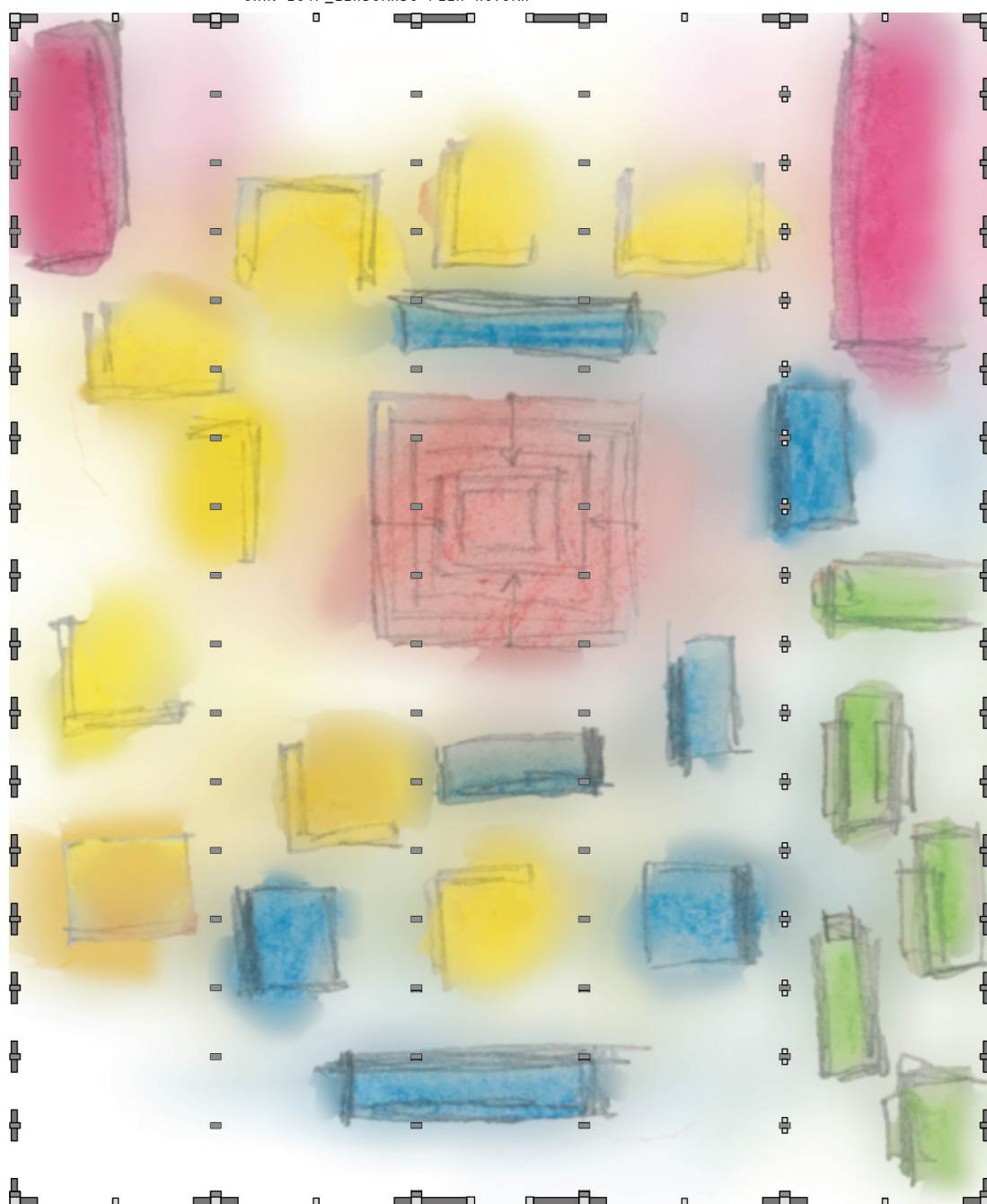
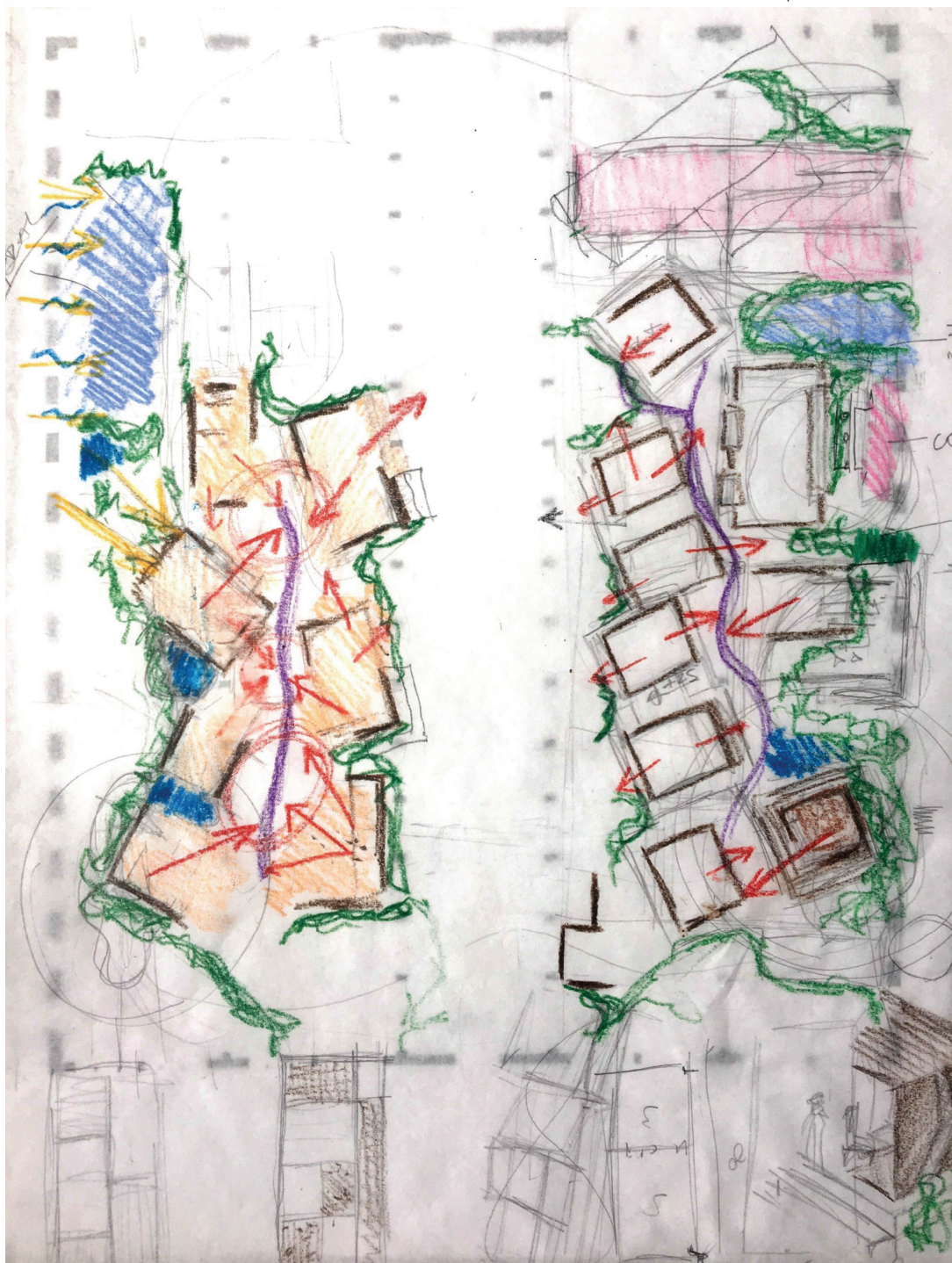


FIGURA 77: CROQUI IV
FEV. 2017_ELABORADO PELA AUTORA



Neste último croqui, abandona-se a ideia de usar uma biblioteca em níveis e que ocupe de maneira tão rígida

o centro do prédio. É retomada a ideia inicial de manter o percurso no centro do edifício e opta-se por ele ser o espaço vazio.

Se antes o programa se concentrava num único ponto da oficina, agora ele se aproxima ainda mais das aberturas, pensando na composição espacial a partir dos espaços vazios e não mais pelos cheios.

Determina-se também o uso de módulos tanto para todo o edifício, com exceção das áreas molhadas.

Além disso, rotaciona-se os módulos na busca por um ritmo e diferença de luz e sombra no interior.

À direita foram pensadas as salas de oficina que, ainda não havendo necessidade de quatro paredes, teriam conexão umas com as outras dada a disposição, havendo a possibilidade de integração delas quando necessário. Passando por entre elas um espaço vazio de permanência foi pensado para aqueles que quisessem assistir as atividades.

À esquerda se concentrariam as salas de atendimento coletivo e individual, junto à parte administrativa. Dessa maneira, os usuários a serem atendidos teriam privacidade, mas não perderiam o contato com o restante do

prédio. Tais salas também teriam visão para o prédio, numa medida de manter-se certo controle. Observa-se também a mesma ideia de espaço vazio entre as salas de atnedomiento e parte administrativa. Atribuiu-se a isso a necessidade em tornar o ambiente fluido.

A vegetação (em verde) que permeia os módulos configuraria um jardim dentro da oficina. Esta é a solução para que haja continuidade do espaço externo para o interno. Os jardins convidariam a comunidade a frequentar a oficina, envolvendo-se diretamente com o programa e atividades desenvolvidas ali.

Com a presença da vegetação, os limites de cada espaço seria estabelecido por ela; uma solução no lugar da construção de paredes.

Além disso, o projeto evoluiu para a ideia de vedar-se parcialmente as aberturas para garantir a criação de diferentes efeitos de luz e sombra no interior.

Em rosa são os pontos pensados para as cozinhas, tanto a de aprendizagem quanto a de uso exclusivo dos funcionários. A forma com a qual elas foram implantadas, seguindo a angulação de 90 graus, não conversa com o restante das instalações criando um descompasso com o restante do projeto.

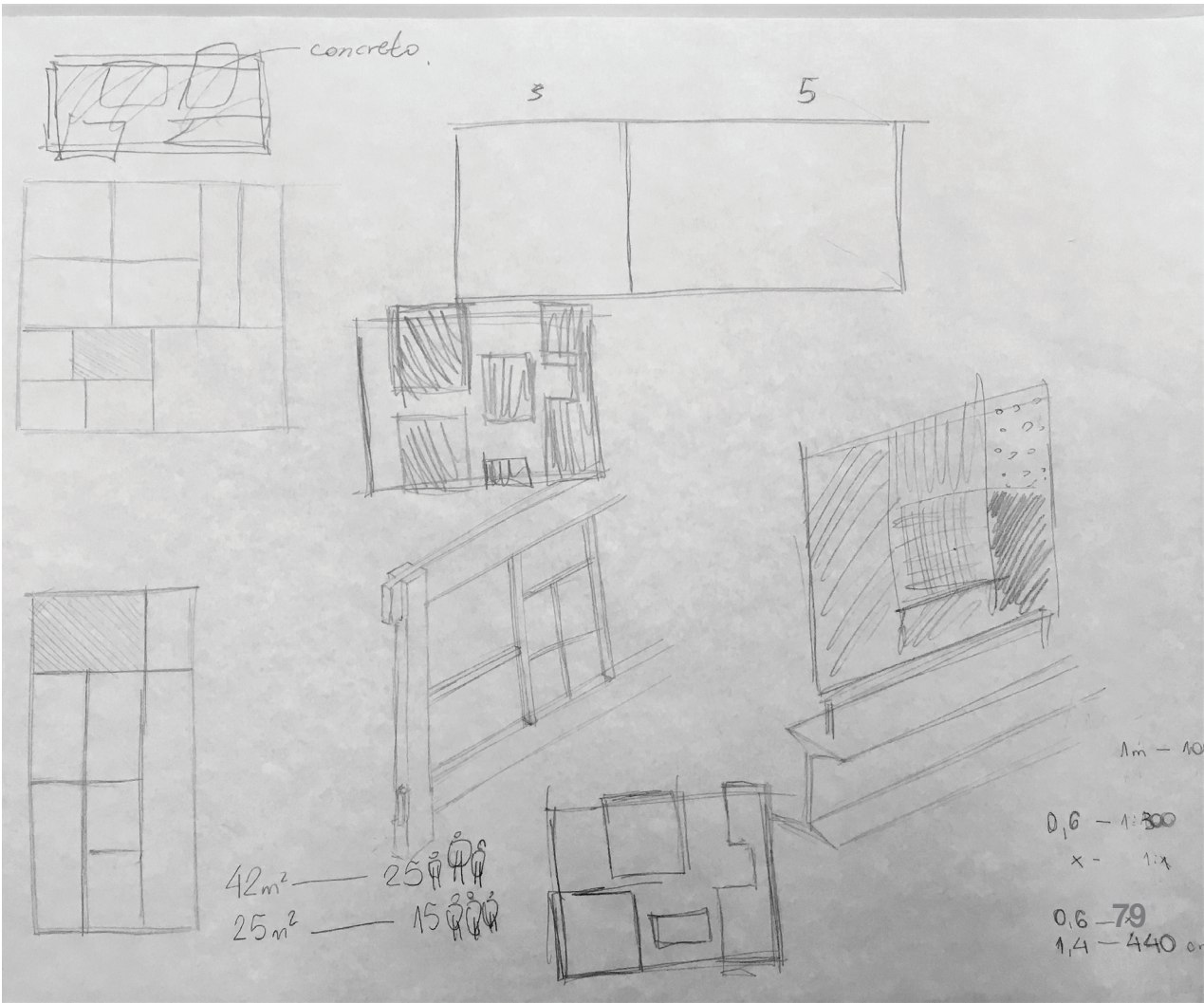
Na parte inferior da imagem são mostrados os estu-

dos dos módulos. A princípio, foi pensado na união de diferentes materiais - madeira, aço e policarbonato - que criariam recortes dentro de uma única placa.

Na extremidade direita um outro estudo que foi pensado em aço corten com vazios em sua chapa.

Quanto aos tamanhos, foi tomado como ponto de partida o próprio retângulo áureo devido à harmonia apresentada (Figura 78).

FIGURA 78: ESTUDO DOS MÓDULOS
FEV. 2017_ELABORADO PELA AUTORA



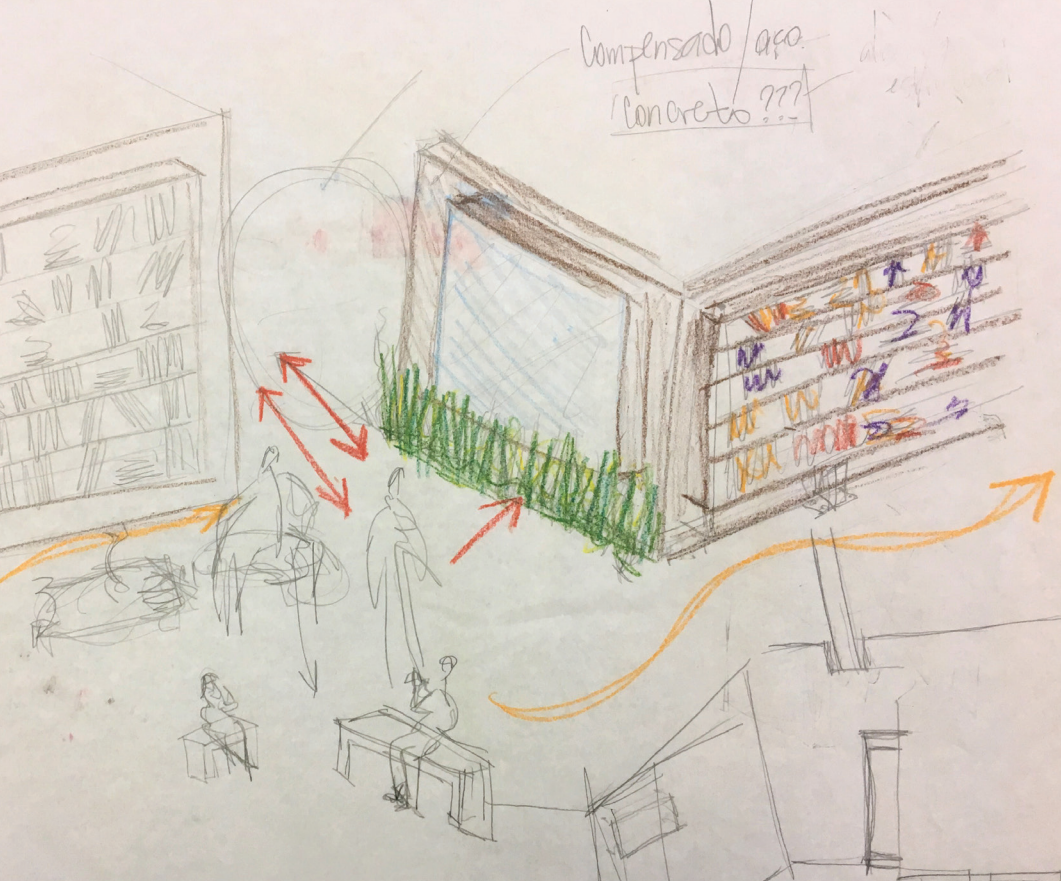


FIGURA 79: ESTUDO DOS MÓDULOS II
FEV. 2017_ELABORADO PELA AUTORA

ficarem estáveis por si só, também pudessem oferecer apoio às prateleiras.

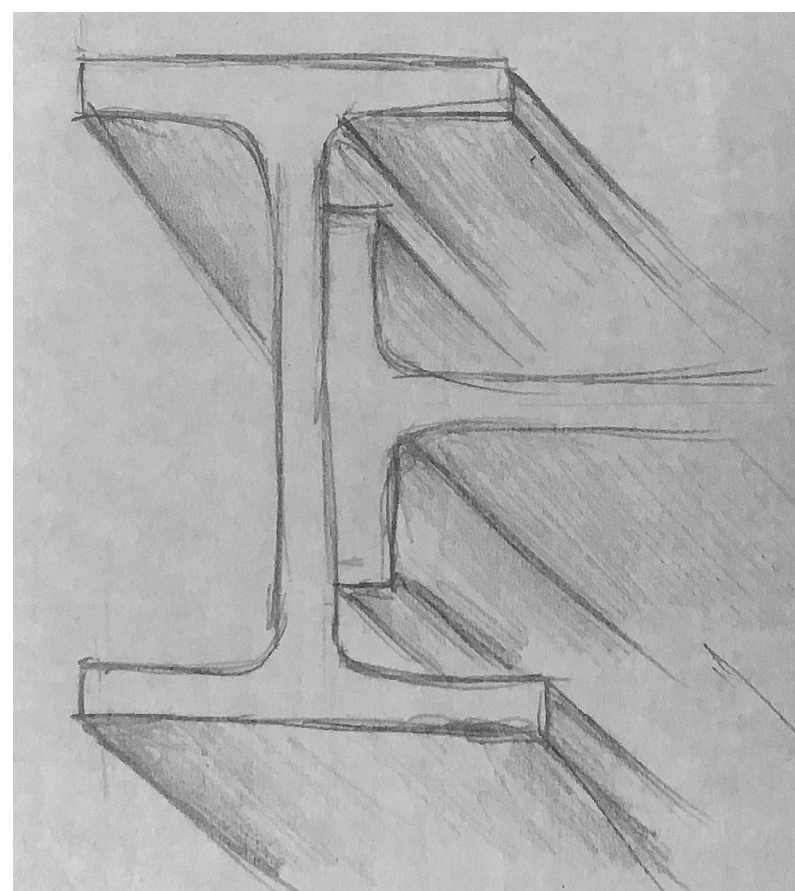
Sendo assim, como solução foram usados perfis metálicos "i" de 20 cm x 10 cm, compondo as vigas e os pilares (Figura 80) com a união destes por meio de solda.

Dessa maneira, a materialidade estabelecerá uma linguagem industrial característica da oficina, mas ao mesmo tempo é diferenciável enquanto intervenção, não criando, portanto, um falso histórico.

Paralelamente a isso, sabendo que a disposição dos módulos influenciaria na circulação do espaço e, não esquecendo da necessidade de implantar uma biblioteca e brinquedoteca dentro do edifício, foi pensado na instalação de estantes de livros e brinquedos nas faces externas das oficinas e salas de atendimento (Figura 79). Dessa maneira, os dois espaços buscados integrariam as áreas vazias, criando um ambiente acolhedor e dinâmico ao longo da oficina. Assim sendo, a valorização do eixo norte sul da oficina, marcado por um percurso linear, seria não só respeitado como também valorizado ao passo que possibilita também a permanência.

Para que todas estas metas fossem possíveis, os módulos precisariam de uma estrutura mais rígida, para que além de

FIGURA 80: PERFIS METÁLICOS
FEV. 2017_ELABORADO PELA AUTORA

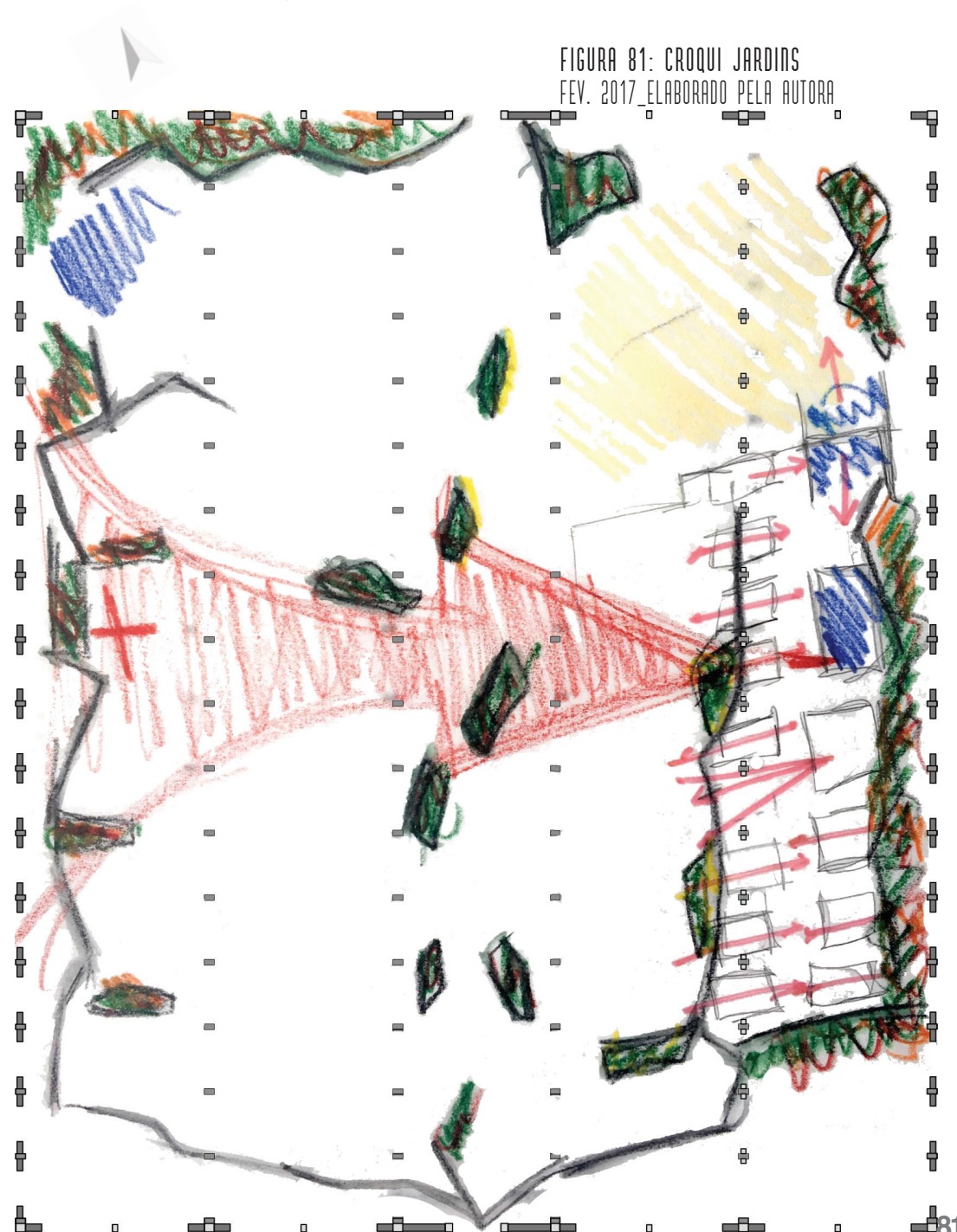


Na busca pelo uso de duas materialidades distintas, mas que ainda respeitassem a composição da oficina e tivesse facilidade na execução, optou-se pelo uso de placas de OSB de dimensões 2,40 m x 1,20 m. Estas dimensões proporcionaram diferentes arranjos com tamanhos próximos aos utilizados pelo catálogo FDE, tomado como base no dimensionamento dos espaços. Dessa maneira, cada módulo seria composto por quatro perfis "i" (duas vigas e dois pilares), uma placa de OSB na parte externa e outra na parte interna, número de caibros compatíveis para a estabilidade de cada placa e, por fim, parafusos de cabeça chata e ponta broca, n2.

Tendo em vista que somente as salas de oficinas não precisariam de um isolamento acústico, foi pensado para as demais salas o uso de lãs de vidro entre uma placa de OSB e outra.

Voltando-se para a questão do jardim interno, a Figura 81 apresenta a evolução da ideia. A flecha vermelha indica a relação de privacidade a ser ganha ao no sentido transversal do edifício. Então, sabendo que as salas de oficina estão localizadas à esquerda e, conse-

quentemente, é onde haverá uma maior concentração de pessoas, barulho e atividade, optou-se por diminuir esta situação, gradativamente, tendo em vista que o lado direito do prédio concentra área administrativa, salas dos funcionários e as salas de atendimento.



O acesso principal seria dado pelo centro, enquanto que os outros acessos seriam limitados pelos jardins, de maneira que houvesse um certo controle no fluxo de pessoas que entram no prédio.

Pontos verdes no interior foram levados em consideração, mas quebrar o piso, da mesma forma que o restante do jardim e implantá-los no meio da circulação mais importante, criaria um problema similar ao da biblioteca em níveis.

As espécies vegetais pensadas para estes espaços seriam aquelas que, além de não demandarem grandes cuidados e compatibilizassem com a estrutura da oficina de forma a não agredi-la, estivessem presentes no cotidiano das pessoas do bairro, sendo elas, principalmente: o capim limão, a espada de São Jorge e a costela de Adão.

Além do que já foi dito, o jardim não só qualificaria o ambiente integrando-o ao exterior, mas também proporcionaria a preservação da atmosfera criada pela incidência de luz natural de uma maneira diferente, conferindo mais vida ao prédio.

■ O Resultado

A Figura 81 mostra a nova cobertura substituindo a antiga de alumínio, resultado da reforma feita pela ALL.

A nova cobertura conta com placas de polycarbonato, sustentada por vigas e treliça metálica, e o restante da cobertura é em concreto.

Optou-se pela retirada da antiga cobertura pois a mesma escurecia o interior, desva-

lorizando-o, e não apresentava boas condições e nem mesmo relação com o edifício.

A ruína não sofreu intervenção, apenas reforços estruturais, pois o intuito do projeto é também manter presente a marca do tempo.

Na Figura 82 é possível ver o resultado das análises, estudos e demais métodos utilizados ao longo deste trabalho.

Como objeto final, são apresentados na figura citada espaços híbridos no exterior da oficina. Tais espaços conectam o exterior ao interior do edifício, conferindo a ideia de continuidade pretendida. Além disso, são responsáveis por marcar a intervenção nas elevações norte e sul.

Logo ao adentrar o edifício, pode-se notar em algumas partes do piso de cimento a parte superior dos trilhos, fazendo referência ao uso original da oficina, trazendo a presença do passado para o presente. Não coincidentemente, as salas de oficinas, postas na mesma direção que os trilhos, seguem um ritmo que faz alusão aos vagões de trem. Bancos são dispostos ao longo da área das salas de oficina, configurando espaço de permanência. Nenhum mobiliário é fixo, podendo ser usado de acordo com a necessidade dos usuários. Ao fundo se tem o conjunto de sanitários, feito em frame e placa cimentícia, garantindo a facilidade de execução e composição harmônica com o restante do edifício. Atrás das placas de OSB das oficinas apoiam-se as estantes de livros e brinquedos, configurando, assim, a biblioteca e brinquedoteca. Do outro lado estão dispos-

tos também mais estantes, mesas e pufes para os usuários.

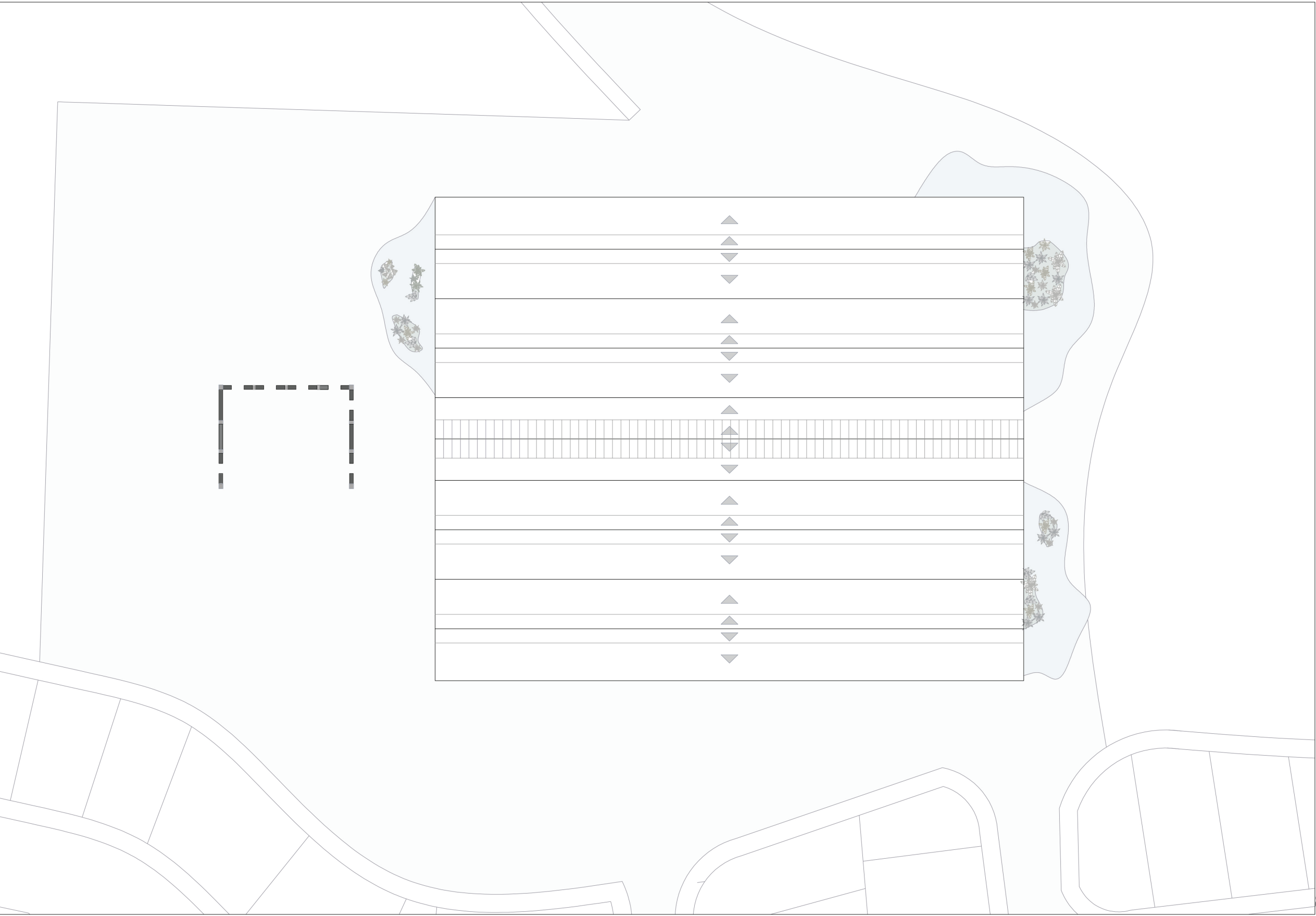
Logo atrás do conjunto de mesas, a 0,35 m do nível , encontram-se as salas de atendimento coletivo e individual. Entre uma sala e outra há um pequeno espaço que permite que os usuários tenham momentos mais privados. Essa gradação de concentração de pessoas ajuda a estabelecer uma ordem espacial.

O piso de cimento foi mantido, apenas recuperado nos pontos necessários. Na área em que se encontra a área administrativa, foram feitos recortes ao longo do mesmo compondo junto às angulações dos outros elementos o ambiente interno.

As janelas receberam caixilhos e vidro permitindo o controle de vento a entrar no local. Além disso, para garantir um jogo de sombras no interior, a parte externa das elevações com janelas de 2,30m x 1,20m, possuem uma tela metálica, marcando, portanto, a intervenção do lado externo e criando esse jogo de sombras buscado no interior.

A biblioteca e brinquedoteca foram implantadas ao longo do eixo central, o principal deles. Este local apresenta mésas e pufes, sendo o ambiente mais privilegiado do edifício, recebendo longa extensão de luz natural, maior pé direito e ampla visão do espaço.

FIGURA 81: PLANTA DE COBERTURA
MAR. 2017_ELABORADO PELA AUTORA



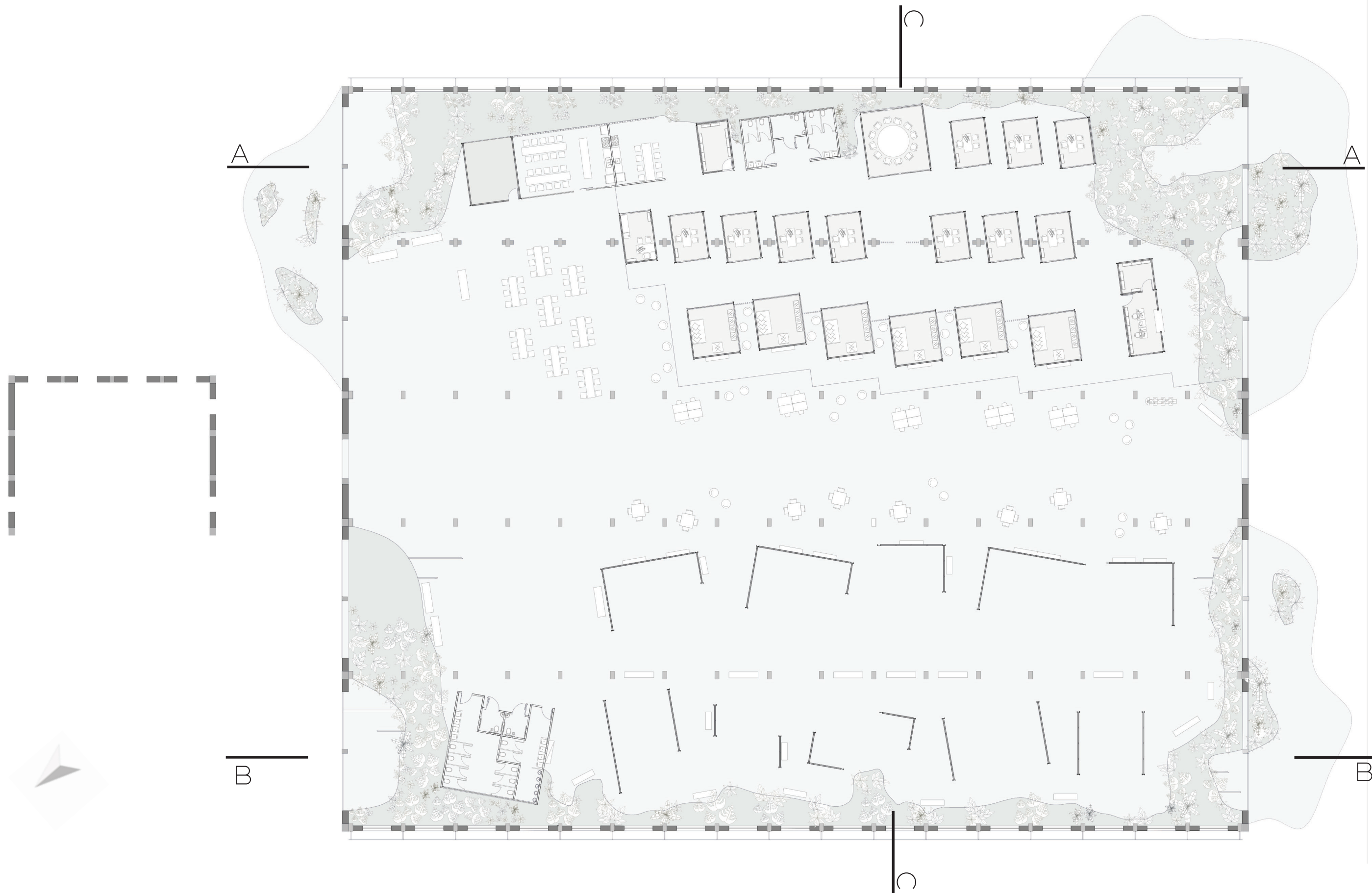
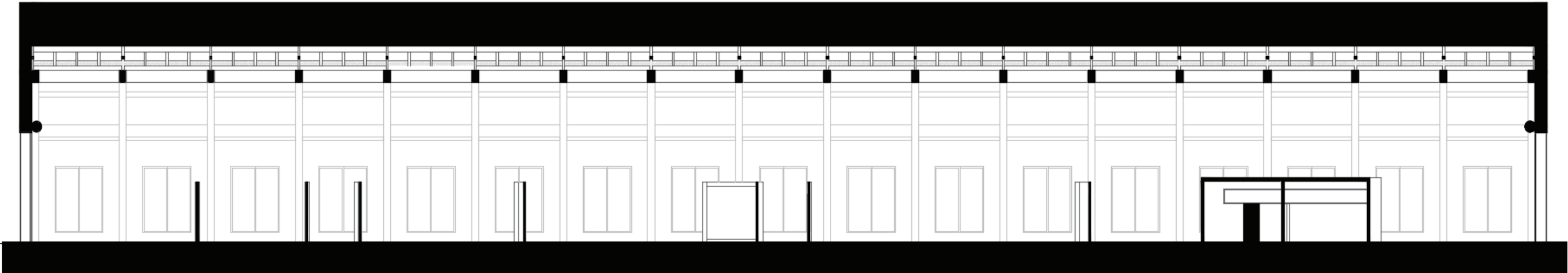
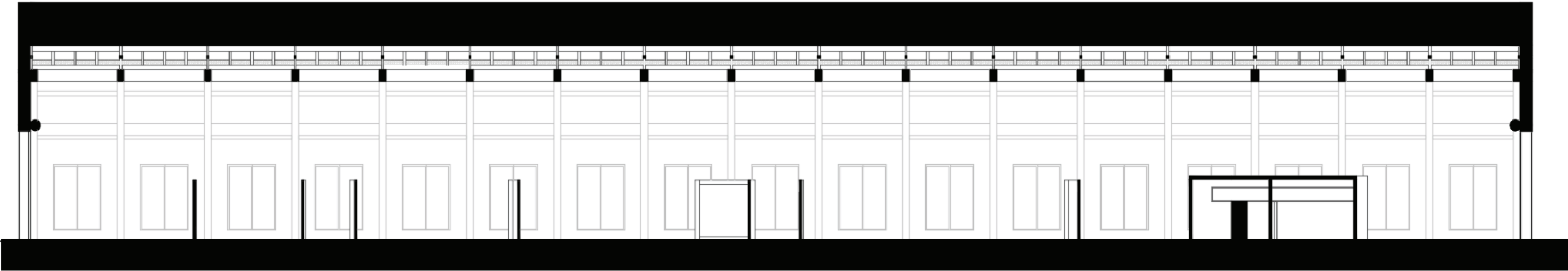


FIGURA 82: LAYOUT
MAR. 2017_ELABORADO PELA AUTORA

FIGURA 83: CORTES AA E BB
MAR. 2017_ELABORADO PELA AUTORA



AA



BB



FIGURA 84: CORTE CC
MAR. 2017_ELABORADO PELA AUTORA



FIGURA 85: ELEVACÃO SUL
MAR. 2017_ELABORADO PELA AUTORA

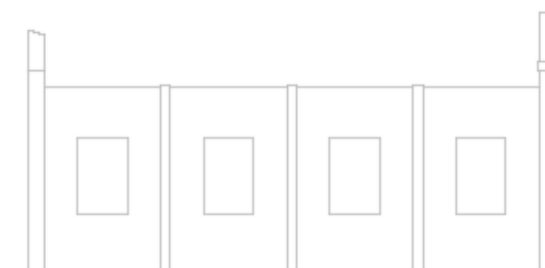


FIGURA 86: ELEVACÃO NORTE
MAR. 2017_ELABORADO PELA AUTORA





ACIMA
FIGURA 87: ELEVÇÃO LESTE
MAR. 2017_ELABORADO PELA AUTORA



ABAIXO
FIGURA 88: ELEVÇÃO OESTE
MAR. 2017_ELABORADO PELA AUTORA



0 3 6 12 24 m

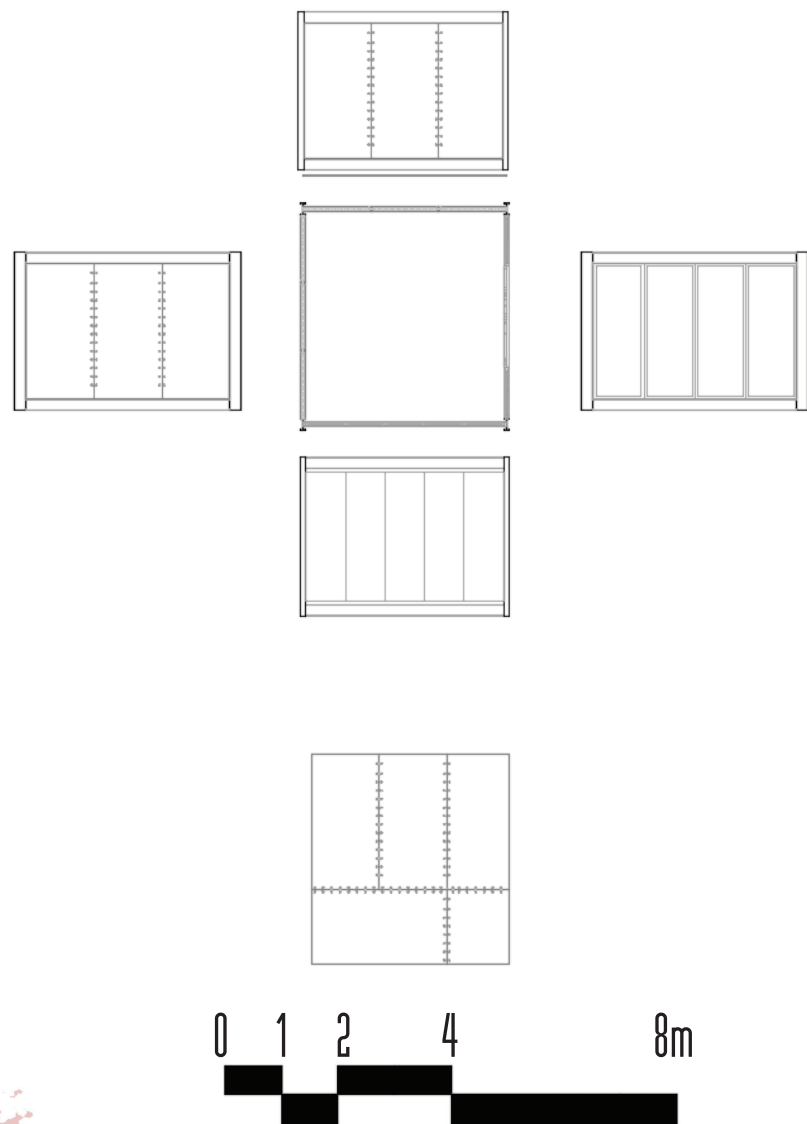


FIGURA 89: SALA DE ATENDIMENTO
MAR. 2017_ELABORADO PELA AUTORA

A oficina apresenta seis módulos para as salas de atendimento individual e coletivo. Tais salas apresentam as dimensões: 4,80m x 3,60m x 2,80m com capacidade para até 8 pessoas. Sabendo que este é um o primeiro lugar em que o usuário tem contato com o programa CAPSi, a sala foi pensada para que mesmo estando no interior dela o usuário não perde completo contato com o externo. Isso é feito através do uso de vidro acidato em duas faces do módulo.

As Figuras 89 e 90 mostram o módulo e, no caso da 89 as faces são representadas com o piso no centro e o teto abaixo.

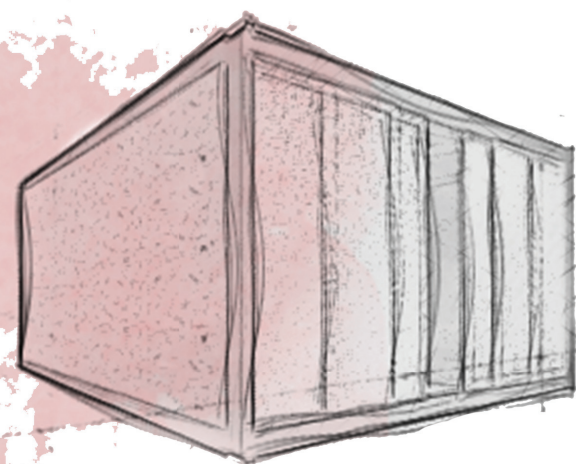


FIGURA 90: SALA DE ATENDIMENTO
DESENHO
MAR. 2017_ELABORADO PELA AUTORA

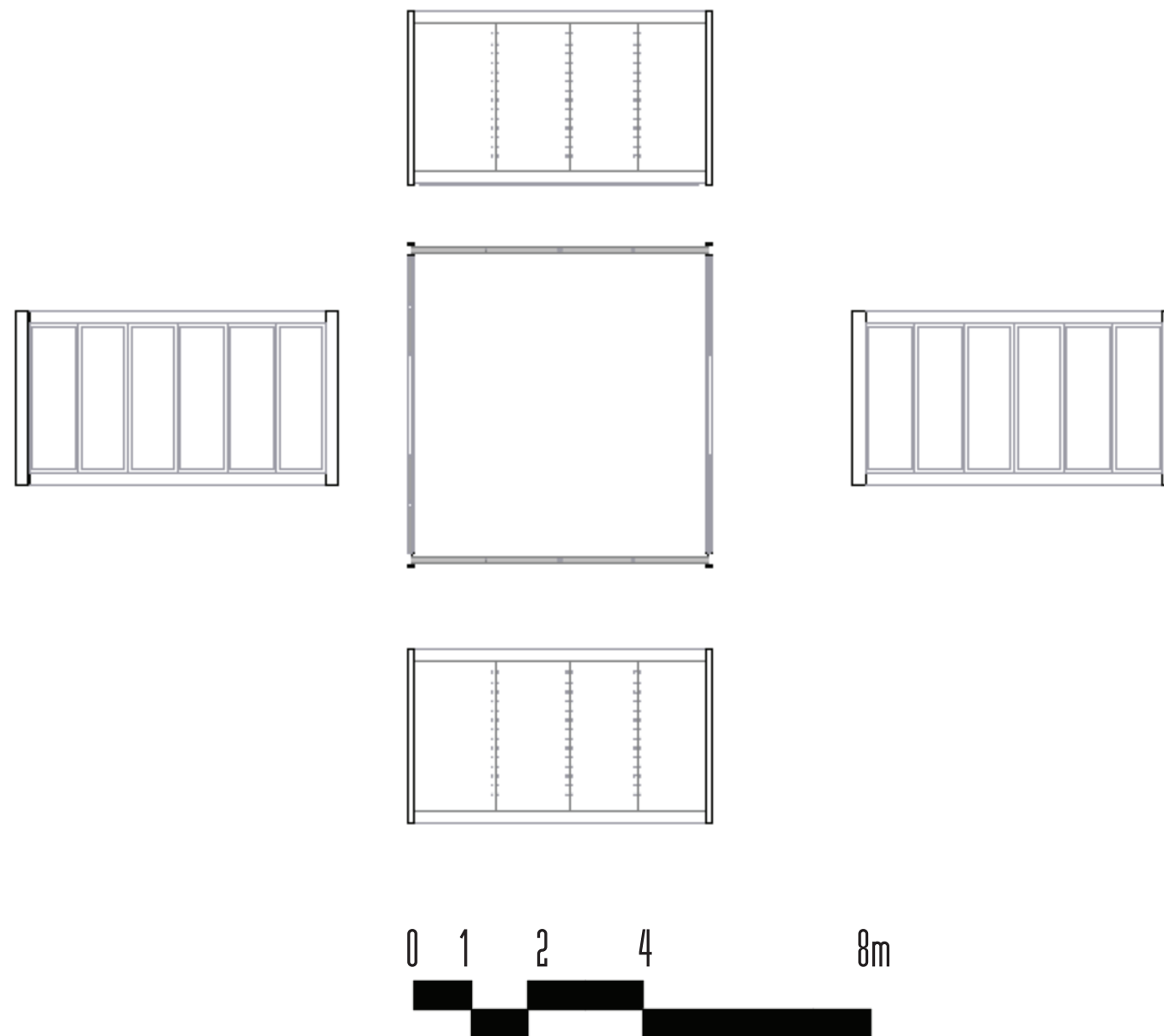


FIGURA 90: SALA DE REUNIÕES
MAR. 2017_ELABORADO PELA AUTORA

A sala de reuniões permite que os atendentes tenham contato tanto com o jardim quanto para o restante do prédio, tendo em vista as portas de correr em duas paredes.

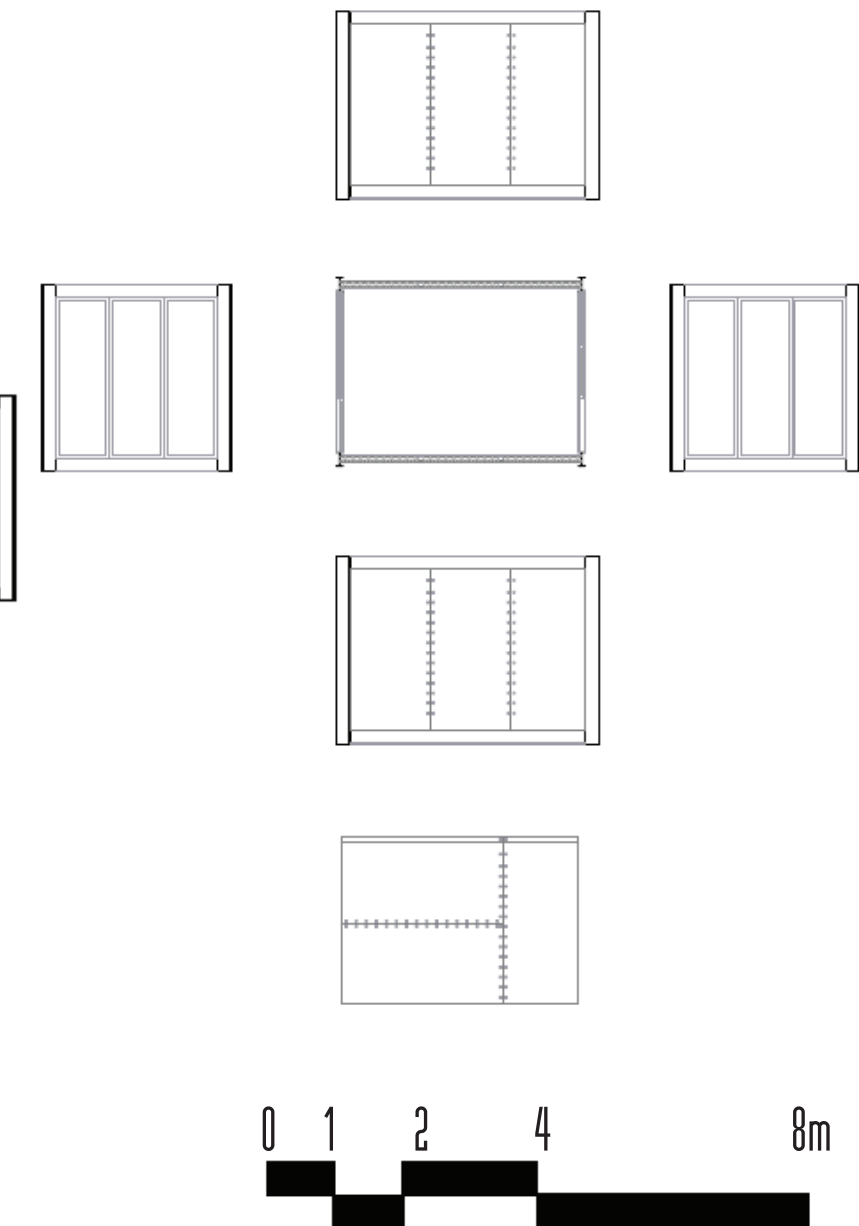


FIGURA 91: SALA DOS FUNCIONÁRIOS
MAR. 2017_ELABORADO PELA AUTORA

FIGURA 92:
PERSPECTIVA
ENTRE AS
SALAS DE
ATENDIMENTO
MAR. 2017_
ELABORADO
PELA AUTORA

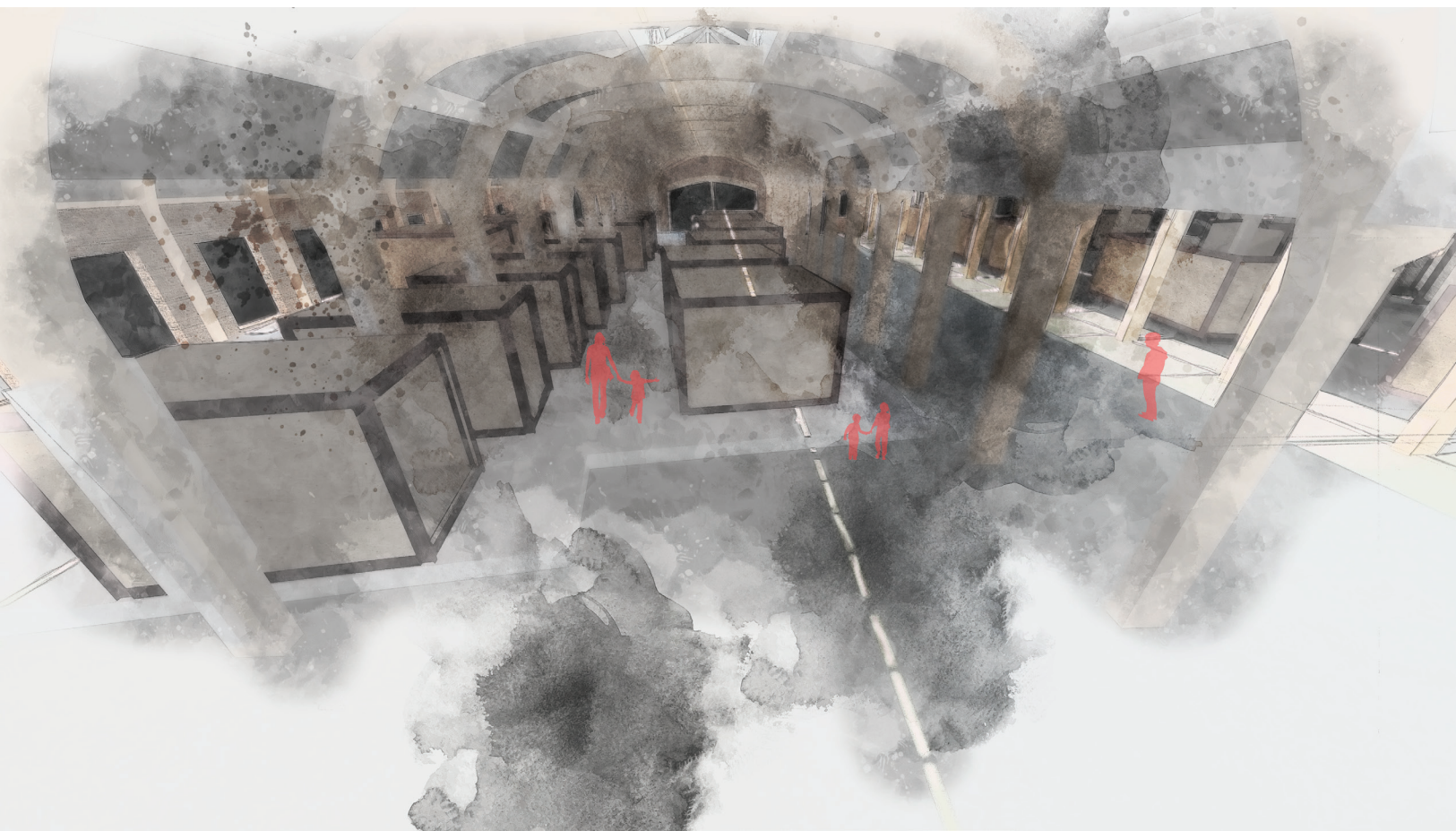
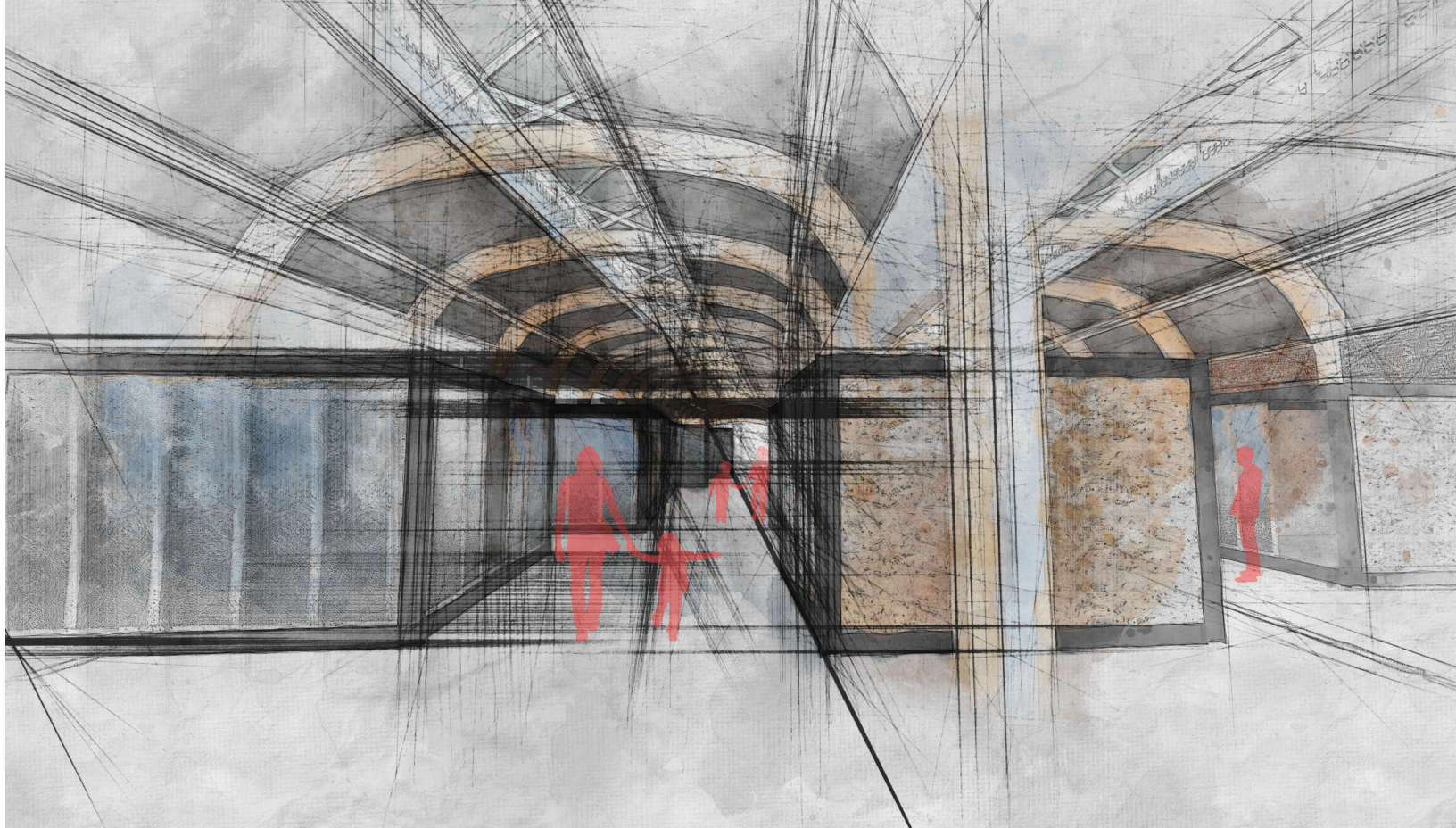


FIGURA 93:
PERSPECTIVA
ENTRE AS
SALAS DE
ATENDIMENTO
II
MAR. 2017_
ELABORADO
PELA AUTORA

FIGURA 94: SALAS DE OFICINA II
MAR. 2017_ELABORADO PELA AUTORA

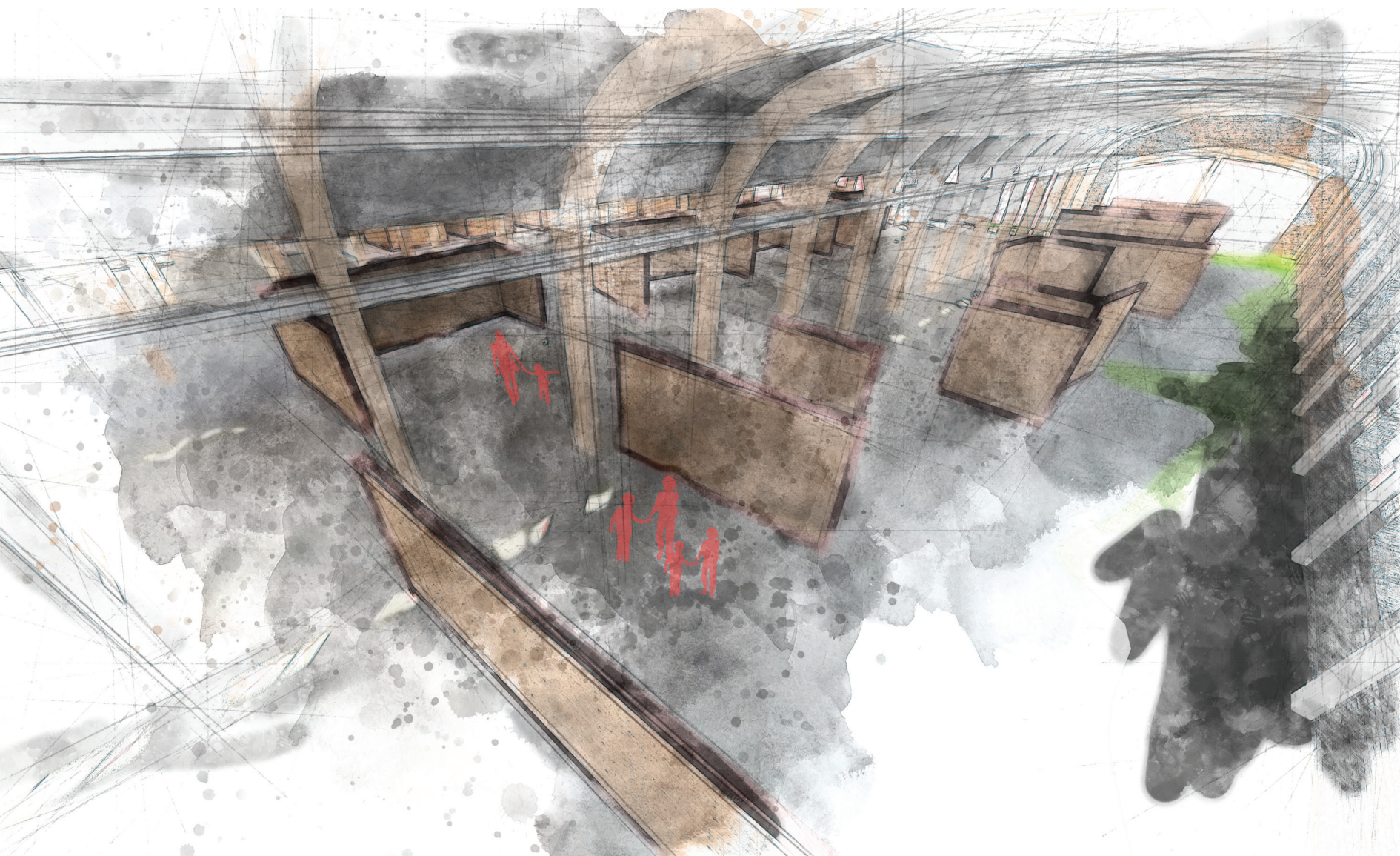
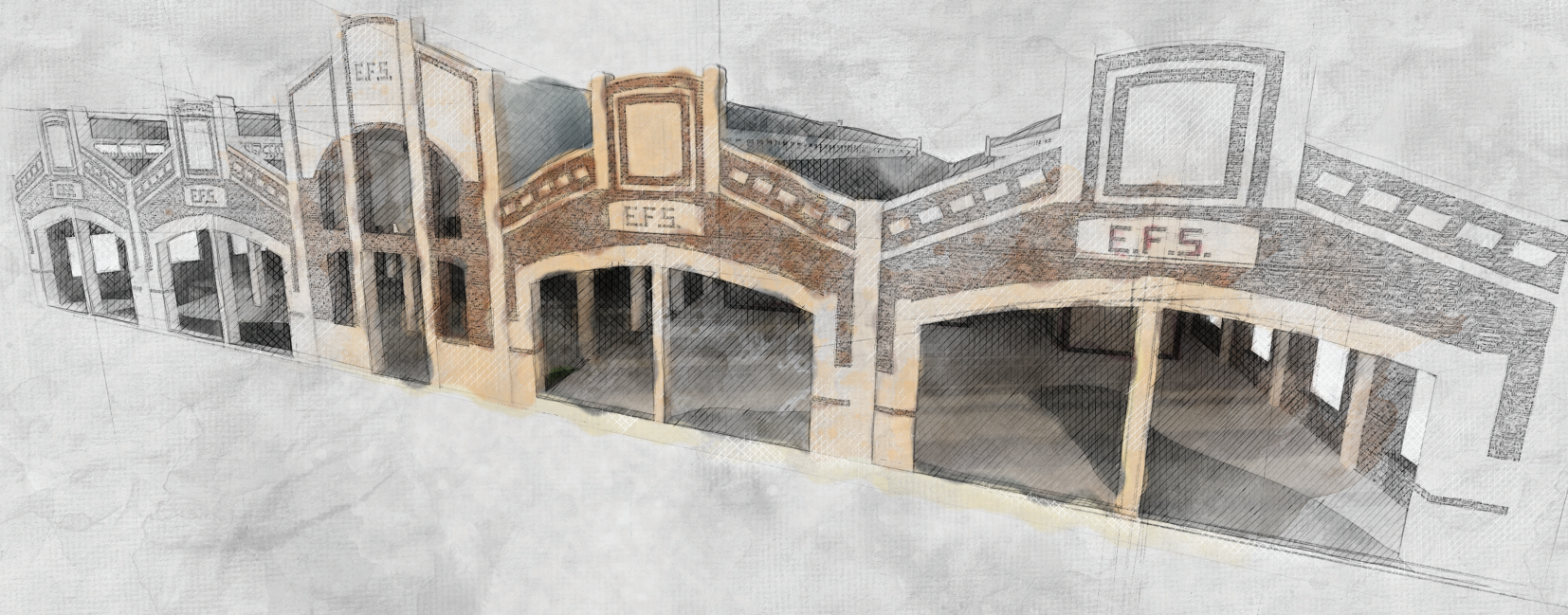


FIGURA 95: FACHADA
MAR. 2017_ELABORADO PELA AUTORA



Referências Bibliográficas

- ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. A Cidade do pensamento único. 6. Ed. São Paulo: Vozes, 2011.
- BARNETT, J. An Introduction to Urban Design. Nova Iorque: Harper & Row Publishers, 1982.
- BORDE, A. Percorrendo os vazios urbanos. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, 2003.
- CARDOSO, Adauto L. Vazios urbanos e função social da propriedade. Revista Trimestral de Debate da FASE, nº116, IPPUR/UFRJ, 2008.
- CARSALADE, Flávio de Lemos. A preservação do patrimônio como construção cultural. Arquitectos, São Paulo, ano 12, n. 139.03, Vitruvius, dez. 2011 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/12.139/4166>>. Acesso em: 15 set. 2016
- OLIVEIRA, E. Diálogo sem Fronteira: Patrimônio Industrial. 24 set. 2014. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=-_IEp4AWf3k>. Acesso em: 18 set. 2016.
- DITTMAR, A. C. C. Classificação das Tipologias de Vazios Urbanos. In: DITTMAR, A. C. C. Paisagem e morfologia de vazios urbanos: Análise de transformação dos espaços residuais e remanescentes urbanos ferroviários em Curitiba - PR. 2006. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica. Curitiba, 2006.
- HARVEY, D. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. 1. Ed. São Paulo: Martins Editora Livraria Ltda., 2014
- JEUDY, Henri-Pierre. Liberdade da memória - uma entrevista com Henri-Pierre Jeudy política urbana e o ministério das cidades: algumas diretrizes de implementação. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, São Paulo, n. 15, p. 10-15, June 2004. ISSN 2317-2762. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43368>>. Acesso em: 03 set. 2016.
- KÜHL, B. M. Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas teóricos de restauro. 5. Ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.
- LEFEBVRE, H. O Direito à Cidade. 4. Ed. São Paulo: Centauro, 2004.
- LUCHIARI, M. T. D. P. A Reinvenção do Patrimônio Arquitetônico no Consumo das Cidades. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 17, p. 95 - 105, 2005.
- LYNCH, K. A Imagem da Cidade. 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- MARICATO, E. Metrôpole, legislação e desigualdade. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, Aug. 2003. ISSN 1806-9592. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9928>>. Acesso em: 21 set. 2016.
- TAMASO, I. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios... In: SIMPÓSIO MEMÓRIA, CIDADES, PATRIMÔNIO, p.54, 2002, Goiânia.

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. 2 Ed. São Paulo: Studio Nobel, 2000.
----- O que todo cidadão precisa saber sobre habitação. 1 Ed. São Paulo: Global Editora, 1986.
VASCONCELOS, P.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. A cidade contemporânea: segregação espacial. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2013.
Cartas patrimoniais disponíveis em:
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em 8 maio 2016.
<<http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>>. Acesso em 8 maio 2016.